

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA DESENVOLVIMENTO RURAL-
PLAGEDER

SERGIO TADEU DA SILVA CARDOSO

“SOU TROPEIRO”
CONFLITOS ENTRE IDENTIDADE CULTURAL E MODELOS PRODUTIVOS

São Francisco de Paula
2011

SERGIO TADEU DA SILVA CARDOSO

“SOU TROPEIRO”

– CONFLITOS ENTRE IDENTIDADE CULTURAL E MODELOS PRODUTIVOS

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural

Orientador: Karl Martin Monsma

**São Francisco de Paula
2011**

SERGIO TADEU DA SILVA CARDOSO

“SOU TROPEIRO”

– CONFLITOS ENTRE IDENTIDADE CULTURAL E MODELOS PRODUTIVOS

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural

Aprovado com Conceito (_____)

Prof. Dr. Karl Martin Monsma

Orientador
UFRGS

Prof^a. Ms. Daniela Garcez Wives.

UFRGS

Prof. Dr. Glauco Schultz.

UFRGS

São Francisco de Paula, 26 de agosto de 2011.

Dedico este Trabalho de Conclusão de curso aos meus antepassados, em especial, ao meu avô José Cardoso dos Reis, Tropeiro Serrano, que deixou como ensinamento que é preciso defender valores, em um mundo que insiste em acabar com a diversidade dos povos e que, se não tivermos identidade, seremos apenas mais um na multidão.

AGRADECIMENTOS

A minha família

Ao quarteto que construiu o conhecimento junto.

Aos Tutores que, com paciência, orientaram a caminhada.

RESUMO

A pesquisa buscou verificar a influência da herança cultural tropeira na forma como se dão os arranjos produtivos da região do Distrito de Lajeado Grande em São Francisco de Paula. A metodologia utilizada quanto à abordagem foi qualitativa, pois tiveram características que se preocuparam com motivos relacionados a crenças, usos e costumes, valores herdados. Quanto à natureza, foi aplicada, pois objetivou, com os conhecimentos adquiridos, aplicá-los na prática. A pesquisa atingiu seus objetivos, caracterizando a leitura da paisagem com somatório de características gerais e descrevendo a evolução e diferenciação dos sistemas agrários da região, caracterizando o perfil dos ditos tropeiros do Distrito, que ocorreu com elemento humano de procedência, principalmente, açoriana, que formam uma “resistência” na preservação de modos de vida, influenciado pelo arranjo de acesso à terra que passou de geração para geração, construída a partir da utilização dos campos nativos. Caracterizou as diferenças dos sistemas produtivos, descrevendo como ocorre a pecuária, o monocultivo e as floretas exóticas na região, e apresentou o cenário da problemática ambiental com o debate sobre a proibição das queimadas, a insatisfação dos moradores tradicionais sobre utilização de insumos químicos e a descaracterização da paisagem. As alternativas encontradas pelos descendentes de tropeiros frente à nova situação da região são de fazer mais lavouras (pastagens) ou melhoramento do campo nativo. Ao Investigar o que os pecuaristas tradicionais da região pensam sobre a situação atual e sobre a possibilidade de cultivar pastagens, demonstraram a necessidade de aumentar a área de pastagens cultivadas e tornar a bovinocultura viável economicamente, evitando avanço de outras culturas. Ficou claro que, ao respeitar as especificidades culturais, pode-se promover o desenvolvimento rural regional com maior equilíbrio socioeconômico e ambiental. As formas atuais de produção, de pecuária no sistema extensivo utilizado na região, não têm garantido a sustentabilidade das propriedades. A sugestão é de propostas que se identifique com forma de produzir deste ator social aqui envolvido, que, além de técnica e economicamente viável, seja social, ambiental e culturalmente aceita e adequada. As propostas são de uma produção menos impactante. Na pecuária, o melhoramento de pastagens nativas, na agricultura, a não utilização de insumos químicos e a não descaracterização da paisagem podem ser opções aceitas nos sistemas produtivos aqui abordados.

Palavras-chave: Identidade cultural. Modelo produtivo. Tropeiro.

ABSTRACT

The survey sought to verify the influence of taste of the cultural heritage in the form as if give the region's productive arrangements Lajeado Grande district of São Francisco de Paula. The methodology used for the approach was qualitative because they had characteristics that bother with reasons concerning the beliefs, habits and customs, inherited values. As to the nature, was applied, because it sought, with the knowledge gained, apply them in practice. The search reached their goals, featuring the reading of the landscape with summation of General characteristics and describing the evolution and differentiation of agrarian systems in the region; featuring the profile of said tropeiros of the district, which occurred with the human element of origin mainly Azorean, forming a "resistance" in the preservation of life, influenced by the arrangement of access to land that passed from generation to generation, constructed from the use of native fields. Characterized the differences of productive systems, describing as livestock; the cultivate genetically modified and exotic mailbox moves in the region and presents the scenario of environmental problem with the debate on the prohibition of burned, the dissatisfaction of the traditional residents about the use of chemical inputs and the distortion of the landscape. The alternatives found by descendants of tropeiros front to the new situation in the region are to do more plantations (pasture) or improvement of native field. To Investigate what the traditional ranchers in the region think about the current situation and about the possibility of cultivating pastureland, demonstrated the need to increase the area of cultivated pasture and make economically viable cattle, avoiding advancement of other cultures. It was clear that, while respecting cultural specificities, can promote the regional rural development with greater socioeconomic and environmental balance. The current forms of livestock production, in the extensive system used in the region, have not guaranteed the sustainability of properties. The suggestion is for proposals that identifies with this way of producing social actor involved here, which, as well as technically and economically feasible, be it social, environmental and culturally accepted and appropriate. The proposals are of a less impactful production. In livestock improvement of native grasslands in agriculture to non-use of chemical inputs and no distortion of the landscape, can be accepted in productive systems options discussed here.

Keywords: Cultural identity. Production model. Drover.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Foto de Floresta Ombrófila Mista com Araucária e Estepe Gramíneo (campos nativo) no Distrito de Lajeado Grande.....	19
Figura 2: Foto de disputa de espaço entre floresta exótica, campo nativo e cultivo de batata em São Francisco de Paula.....	27
Figura 3: Mapa de localização do Bioma Mata Atlântica.	35
Figura 4: Mapa climático do RS.	36
Figura 5: Mapa de classificação dos solos no Rio Grande do Sul.	37
Figura 6: Localização do Distrito.....	38
Figura 7: Foto da família de Laurindo Inácio Cardoso	39
Figura 8: Foto Rio Bururi com o Arroio Porco Morto.	41
Figura 9: Foto das taipas da Fazenda Três Irmãos, em Lajeado Grande.....	43
Figura 10: Foto cercania de taipas nos campos da fazenda Três Irmãos	44
Figura 11: Foto de 1946, tropeiros serranos em uma parada de descanso.	50
Figura 12: Foto de cavaleiros Serranos fazendo a rota dos tropeiros.	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 METODOLOGIA.....	16
3 PASTAGEM	19
4 CARACTERIZAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA	29
4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	29
4.2 LOCALIZAÇÃO.....	29
4.3 CONSTITUIÇÃO DO MUNICÍPIO	30
4.4 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS.....	32
4.5 RELEVO	33
4.6 RECURSOS HÍDRICOS.....	33
4.7 VEGETAÇÃO	34
4.8 CLIMA.....	35
4.9 SOLO.....	36
4.10 CARACTERÍSTICAS DO DISTRITO DE LAJEADO GRANDE	37
4.11 LOCALIZAÇÕES DA COMUNIDADE.....	38
4.12 PRIMEIROS POVOADORES	38
5 FASES EVOLUTIVAS E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DO DISTRITO DE LAGEADO GRANDE.....	40
5.1 O SISTEMA AGRÁRIO INDÍGENA E INDÍGENA A CAVALO – ATÉ 1790	41
5.2 SISTEMA AGRÁRIO DE CAMPOS - 1790 A 1995.....	42
5.3 SISTEMAS AGRÁRIOS CAMPOS, FLORESTAS EXÓTICAS E HORTIFRUTIGRANJEIRAS DE 1995 ATÉ 2011	44
6 O TROPEIRO	46
6.1 O TROPEIRO	46
6.2 O TROPEIRO SERRANO DELIMITANDO CAMINHOS.....	49
7 RESULTADO DA PESQUISA.....	53
7.1 CARACTERIZAR O PERFIL DOS DESCENDENTES DE TROPEIROS	53
7.2 CARACTERIZAÇÕES DO MANEJO PRODUTIVO UTILIZADO PELOS DESCENDENTES DE TROPEIROS	57

7.3 DEMONSTRAR OS EFEITOS CONFLITANTES, ENTRE OS DIFERENTES MODELOS PRODUTIVOS EM USO NA ÁREA	60
7.4 COMPREENDER QUAL O IMPACTO DA PROIBIÇÃO DAS QUEIMADAS	68
7.5 IDENTIFICAR QUAIS AS ALTERNATIVAS ENCONTRADAS PELOS DESCENDENTES DE TROPEIROS FRENTE À NOVA SITUAÇÃO DA REGIÃO ...	72
7.6 INVESTIGAR O QUE OS PECUARISTAS TRADICIONAIS DA REGIÃO PENSAM SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL E SOBRE A POSSIBILIDADE DE CULTIVAR PASTAGENS	74
8 CONCLUSÃO	83
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas.....	98
APÊNDICE B – Arvore de Problema.....	99
ANEXO A – Termo de Consentimento	100

1 INTRODUÇÃO

Em São Francisco de Paula, cidade localizada na região serrana do Rio Grande do Sul, consoante dados do IBGE (2009), a área destinada para agropecuária é de 177.100 hectares, tendo um total de 74.302 cabeças de bovinos, e as áreas ocupadas com lavouras permanentes são de 1.689 hectares as temporárias de 7.610 hectares. Em uma região tradicional de agropecuária com invernos rigorosos e de épocas de escassez de pastagem nativa, chama a atenção poucas áreas com lavouras de pastagens artificiais ou melhoramento das pastagens. A carência das pastagens nativas ocorre, principalmente, nos meses de inverno na estação fria, que cobre em torno de 1/3 do ano. Época em que há menor crescimento das pastagens devido às baixas temperaturas e ocorrência de geadas, que queimam as pastagens nativas, gerando a escassez de alimento verde para os animais que rejeitam a forragem seca do campo nativo.

O desaparecimento gradativo das pastagens naturais é devido ao manejo inadequado na produção, como a superlotação dos campos e a queima, uma prática utilizada para eliminar a sobra de pasto seco queimado pelas geadas do inverno e que não foi consumido pelos animais devido à baixa qualidade. Estas práticas inadequadas de manejo, na produção dos bovinos, faz parte do modelo produtivo dos descendentes dos tropeiros que “põe em risco um ecossistema único no mundo, os campos de altitude, que possuem ampla biodiversidade” (CÓRDOVA et al., 2010: 1). A adoção de uma alternativa ajustada, com a forma de produzir da cultura tropeira, diminuiria o impacto no ambiente em relação ao modelo produtivo hoje utilizado e produziria na bovinocultura respeitando a legislação ambiental. “A queima de campo é uma prática comum no manejo das pastagens nos municípios dos Campos de Cima da Serra. Áreas sem queima apresentam uma maior cobertura vegetal e maior diversidade de espécies” (BOLDO et al., 2006: 252).

Para compactuar com a identidade cultural tropeira na forma de produção, uma solução é o cultivo de pastagens para alimentação dos bovinos. É uma maneira de ajudar a manter a pecuária na região, evitando a queima e diminuindo o impacto da superlotação nos campos com o aumento da quantidade de massa verde para os bovinos. Pode-se, com o cultivo de pastagens, tornar a produção agropecuária nos Campos de Cima da Serra viável economicamente e os atores sociais locais que participarem deste processo além de não perderem sua identidade na forma de

produzir, melhorarão sua qualidade de vida. Conforme Costa (1971), a pesquisa em pastagens e plantas forrageiras deve ser prática e objetiva para solucionar problemas locais e regionais para desenvolvimento da pecuária.

A escolha de um modelo produtivo adequado que compactue na forma de produção com a identidade cultural tropeira, no caso a pastagem cultivada, provocaria benefícios sociais com a fixação destes agricultores familiares em suas propriedades. A viabilização da produção de bovinos, neste caso, evita o êxodo rural, pois, para este ator social, segundo Ivaldo Gehlen (1998), terra é um espaço e lugar de trabalho, é patrimônio familiar, condição de afirmação da identidade sócio-cultural e de realização da identidade profissional e de exercício da cidadania plena.

Na localidade de Lajeado Grande, Distrito de São Francisco de Paula, nota-se que sempre houve a presença do “gado que deu origem a Vacaria do Mar penetrou no atual Rio Grande do Sul em pequena quantidade com os missionários [...] de 1626 a 1628” (BRUXEL, 1960:52-56 apud FLORES, 1998: 13). É este histórico de pecuária na região com sistema extensivo de criação de bovinos que formou uma identidade cultural, destes moradores tradicionais, na forma de produção.

A pesquisa procura fazer uma leitura da paisagem, compreender quem é esta categoria social considerada “descendente de tropeiro”, quais os critérios considerados por estes que caracterizam o pertencimento a este grupo. Também entender quais as suas práticas de manejo com o campo e caracterizar as diferenças dos sistemas produtivos. Além disso, verificar quais as alternativas exploradas por este grupo frente às mudanças ocorridas na região, desencadeadas tanto pelo rigor na fiscalização em relação à proibição da queima de campo, como pela introdução de novas práticas econômicas, tais como: silvicultura, hortifrutigranjeiros, cultivo de batata e alho. Desta forma, a pesquisa também procura abordar um questionamento junto aos moradores tradicionais: se a pastagem cultivada poderia ser um modelo produtivo para viabilizar a produção de bovinos sem queima do campo nativo. Pensa-se em produzir preservando o ecossistema e o ambiente, evitando o êxodo e não entrando em conflito com cultura destes atores na forma de produzir.

Espera-se que essa pesquisa possa vir a contribuir para um tipo de desenvolvimento rural em que estes produtores tratem a terra como patrimônio,

respeitando sua cultura tradicional. Mantenham a paisagem de coxilhas¹ de campos nativos, matas de araucárias e nascentes de água, objetos estes que existem em inter-relação. Visto que a paisagem é “o conjunto de formas naturais e culturais associadas. (...) que os objetos existem juntos na paisagem, formam ‘um todo’, ou seja, aspectos físicos e culturais a um só tempo” (SAUER, 1925 apud PUNTE, 2007: 291).

Em relação à pastagem cultivada, a experiência melhorou a qualidade e a quantidade de massa verde (...) na preservação da fauna e da flora nativas e, por consequência, da paisagem da região trabalhada. No entanto, o maior resultado obtido foi a certeza de que esta tecnologia torna a pecuária familiar economicamente viável, além de ambientalmente sustentável, com o mínimo de agressão ao ecossistema (MESSIAS, 2002: 5).

De acordo com Netto (2009), verifica-se que a criação dos animais se faz ainda preponderantemente em campos nativos, sendo menos expressivas as práticas de melhoramento do próprio e/ou cultivo de pastagens. A incidência de utilização do campo é controlada pelo ajuste da carga animal, empiricamente por meio da altura do pasto e do número de animais. Técnica de criação que está hoje sendo utilizada pelos descendentes de tropeiros na região pesquisada.

O questionamento é o porquê da falta de pastagens cultivadas em uma região onde a lotação de bovinos é de apenas 2,38 hectares por animal, em áreas de produção de pecuária com criadores de características específicas de descendentes de tropeiros. Características estas que serão esclarecidas na descrição da região no decorrer da pesquisa. Estes entraves para forma de produção destes moradores tradicionais deu espaço para as queimadas.

(...) que apesar de proibidas no Estado, continuam sendo utilizadas, ocorrem outros sérios problemas ambientais na região, como o avanço das plantações de Pinus, de alho e de batata (...). A baixa rentabilidade atual da pecuária e a aptidão da região para o reflorestamento poderá contribuir para a exclusão de um grande número de pecuaristas, principalmente os familiares, em função da venda de suas propriedades para investidores do ramo madeireiro (MESSIAS, 2002:2).

É possível observar que, em São Francisco de Paula, a formação deste território se deu pelos descendentes dos tropeiros, em uma das mais antigas rotas

¹ Coxilhas: Relevo ondulado a suavemente ondulado, denominado regionalmente, de coxilhas.

feitas por estes viajantes. Parte da história que está viva na memória destes habitantes do local, gaúchos que conservam estas tradições. Os tropeiros eram viajantes encarregados de fazerem a transição de alimentos e materiais de necessidades básicas de uma região para outra, sendo transportados com cavalos ou em mulas. O tropeiro se tornou, além de transportador de cargas, o correio da época e negociador de determinadas necessidades dos moradores das propriedades rurais, sendo uma ligação com o resto do país. Muitos deles se fixaram nas localidades por onde passavam.

Os moradores tradicionais da região serrana são atores sociais que se identificavam com a terra e têm sua identidade cultural construída ao longo do tempo na forma produzir da pecuária extensiva. Conforme Netto (2009), para compreender o estágio atual da bovinocultura de corte, que ocupa os campos gaúchos, é necessário estudar suas raízes e suas transformações, pois hoje tem comportamentos semelhantes àqueles de séculos atrás com o mesmo modo de produção desde a época colonial.

“Ao longo do transcorrer do século XX, a bovinocultura continua sendo pressionada pelas lavouras” (NETTO, 2009:382). Outras formas de produção foram introduzidas no município de São Francisco de Paula, sendo desenvolvidas outras culturas, como silvicultura hortifrutigranjeira, cultivo de alho e batata. A não eliminação das pastagens queimadas pelas geadas do inverno, devido à proibição da queimada dos campos, inviabilizou o modelo produtivo de pecuária extensiva regional. Com uma fiscalização mais rigorosa nos últimos anos, em relação às queimadas e o avanço de outras culturas, colaboraram para que alguns moradores tradicionais da região vendessem ou arrendassem suas terras para investidores de fora do município. Por consequência, estes moradores abandonaram o campo para se marginalizar nos centros urbanos.

Uma condição importante na implantação de uma proposta de desenvolvimento rural é que, além de técnica e economicamente viável, deve ser socialmente, ambientalmente e culturalmente aceita e adequada. Algumas propostas de desenvolvimento rural, que não levaram em conta a cultura destes atores sociais, descendentes dos tropeiros, travaram, na resistência cultural, a mudança do modelo produtivo. Esqueceram-se de:

(...) aproveitar a capacidade e as condições originais de território que, por inadequação dos modelos propostos, não contemplam o processo de transição entre o tradicional e o moderno, portanto, portadores de um conjunto exclusivo de características que permitem qualificá-las como identidade (NETTO, 2009: 402).

Os extensionistas rurais não romperam a barreira cultural existente entre eles e os pecuaristas, não praticando alteridade, não se colocando no lugar do outro. Sugerem mudanças nas formas de produzir, sem levar em conta a identidade cultural dos produtores rurais, podendo entrar em conflito com estes indivíduos, pois “o saber popular é um saber de resistência. Assim, o ato educativo se dá na relação agente/grupos populares. E este ato é passível de ser educativo na medida em que ambos os parceiros tem saberes diferenciados (e respeitados)” (MUSSOI, 2006:31). Soma-se a estas questões:

A questão ambiental/desenvolvimento sustentável, não só responde à necessidade de preservar a diversidade biológica para manter a equilíbrio ecológico do planeta, mas de valorizar a diversidade étnica e cultural da espécie humana e fomentar diferentes formas de manejo produtivo da biodiversidade, em harmonia com a natureza (LEFF, 2001:4).

Após a identificação dos atores sociais, descendente biológico dos tropeiros, que conservaram sua identidade cultural, procura-se entender a sua forma de produção para que, no futuro, este conhecimento sirva para melhorar sua produtividade. E que venha, assim, a produzir em um sistema que compactua com sua cultura. A pergunta a ser respondida é: haveria uma influência da herança cultural tropeira na forma como se dão os arranjos dos seus produtivos para a pecuária no Distrito de Lajeado Grande em São Francisco de Paula?

Para entender este questionamento, o estudo tem como objetivo principal verificar a influência da herança cultural tropeira na forma como se dão os arranjos produtivos da região do Distrito de Lajeado Grande em São Francisco de Paula. Os objetivos específicos são: a) caracterizar uma leitura da paisagem, e uma evolução e diferenciação dos sistemas agrários da região; b) caracterizar o perfil dos ditos tropeiros; c) caracterizar as diferenças de cada sistema produtivo e descrever o cenário, de toda problemática ambiental; d) identificar quais as alternativas encontradas pelos descendentes de tropeiros frente à nova situação da região; e) investigar o que os pecuaristas tradicionais da região pensam sobre a situação atual e sobre a possibilidade de cultivar pastagens.

Além da prática da queimada, outras situações motivaram a pesquisa, tais como o avanço das plantações de Pinus, de alho e de batata que, geralmente, ocorrem por meio de arrendamento de terra durante três ou quatro anos ou compra das terras por pessoas de fora do município. Estes produtores rurais normalmente não adotam medidas de precauções para evitar a erosão do solo e a contaminação dos recursos hídricos. O plantio de Pinus da forma que se estabelece na região, provoca grande impacto socioambiental. O Pinus cultivado em grandes maciços florestais contínuos, na maioria em propriedade das madeireiras, parcerias com proprietários ou em grandes propriedades particulares. É comum, nas áreas de florestas exóticas, o desrespeito da reserva legal, das áreas de preservação permanente e a descaracterizando da paisagem. Este sistema produtivo provoca êxodo rural por não exigir mão-de-obra contínua.

A inviabilidade econômica da produção no sistema extensivo da bovinocultura, a proibição da queima para renovar as pastagens, a invasão de outra cultura e a falta de poder de investimento em outras formas de produção mais rentável provoca a expulsão dos descendentes dos tropeiros de suas áreas. A consequência é a marginalização social dos moradores tradicionais da região que se confina em uma condição social e produtiva aparentemente inferior, provocada por fatos que vão de encontro a sua cultura em relação à forma de produção. Estes acontecimentos causam o enclausuramento destes atores sociais rurais, seja em suas propriedades seja migrando para os centros urbanos.

Os agricultores com maiores possibilidades e acesso a recursos ampliaram suas áreas investindo na silvicultura enquanto os pequenos agricultores com áreas embora pequenas muito produtivas a partir do modelo da agricultura familiar diversificada deram curso no êxodo rural, vendendo suas áreas a grandes proprietários que hoje transformaram aquela paisagem em grandes plantios arbóreos, sobretudo de Pinus (CAMARGO, 2010:4).

2 METODOLOGIA

Quanto à abordagem a pesquisa, essa é qualitativa por ter características que se preocupam com motivos relacionados a crenças, usos e costumes, valores herdados dos antepassados, descendentes dos tropeiros, descrevendo as diferenças dos modelos produtivos da região influenciados por aspectos culturais dos atores sociais. Quanto à natureza, é pesquisa aplicada, pois objetiva, com os conhecimentos adquiridos na pesquisa, aplicá-los na prática.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva, pois investiga as informações sobre estes moradores tradicionais, fazendo uma leitura da paisagem, e uma análise da evolução e diferenciação dos sistemas agrários, descrevendo os fatos relacionados com o perfil dos ditos tropeiros, as diferenças de cada sistema produtivo e a problemática ambiental. Além disso, indaga o que pensam sobre a atual situação da pecuária na região as alternativas encontradas e a possibilidade de vir a cultivar pastagens, caso ainda não cultivem. Com a exposição destes acontecimentos, procura verificar a influência da herança cultural tropeira na forma como se dão os arranjos produtivos da região do Distrito de Lajeado Grande em São Francisco de Paula.

Quanto aos procedimentos, é uma pesquisa documental com fontes diversificadas, bibliográfica e de entrevistas com produtores rurais da localidade. Os dados secundários foram coletados por meio de pesquisa na Biblioteca municipal de São Francisco de Paula, com aquisição de livros sobre tropeirismo e sobre pastagens, na Internet em sites confiáveis, em conversas informais com pesquisadores sobre a história da região, e do município de São Francisco e na revisão do conteúdo das disciplinas do curso Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural. Os dados coletados foram sobre os Campos de Cima da Serra, o Município de São Francisco de Paula, do Distrito de Lajeado Grande, da evolução dos modelos produtivos do Distrito, identidade cultural dos moradores tradicionais da região, da história do Tropeirismo no Brasil e na região pesquisada, dados estatísticos coletados da Prefeitura de São Francisco de Paula e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados primários foram coletados com produtores rurais, tradicionais da região, moradores do Distrito de Lajeado Grande no município de São Francisco de

Paula, com tradição em produção agropecuária, descendentes de tropeiros, proprietários, arrendatários, meeiros ou responsáveis pela terra. A escolha do público-alvo entrevistado foi de produtores rurais do Distrito do Lajeado Grande, com tradição na produção de bovinos no sistema extensivo ou semiextensivo. Foram eles, homens e mulheres, de 80 a 85 anos, 30%, de 70 a 50 anos, 50%, e de 40 a 25 anos, 20%. Foram entrevistados dez produtores rurais de diferentes gerações e áreas de convívio para obter opiniões diferentes em relação ao modelo produtivo adotado, e verificar até que faixa etária a identidade cultural destes atores sociais influencia na forma de produção.

As entrevistas foram realizadas por saturação, ou seja, as mesmas respostas surgiram em dez entrevistas, dando-se por encerradas, se não essas teriam continuidade. A escolha dos entrevistados, em relação à idade e sistema de produção, foi facilitada, porque o entrevistador é morador do Distrito e tem como identificar estas pessoas. Os entrevistados na pesquisa são identificados por números para preservar suas identidades. Inicialmente, as entrevistas foram gravadas, porém, como aquele observou que a utilização do gravador intimidou alguns entrevistados, passou-se a fazer anotações. O roteiro de perguntas das entrevistas realizadas segue no anexo.

A cada entrevistado foi aplicado o termo de consentimento esclarecido e consentido. Todos os entrevistados assinaram o termo de consentimento e autorizaram a revelação de seus dados de identificação e de sua propriedade. Na pesquisa, foi assegurada a desistência da participação a qualquer tempo. Os aspectos éticos foram respeitados, pois as pessoas que contribuíram com informações foram comunicadas do objetivo da pesquisa. O termo de consentimento segue no anexo com modelo em branco.

Foram utilizadas, nesta monografia, duas entrevistas que estão listadas nas referências bibliográficas com o nome dos produtores rurais e foram realizadas com moradores do Distrito de Lajeado Grande em trabalhos anteriores do curso Plageder e não nesta pesquisa, mas serviram de conteúdo para este trabalho.

Foram apanhados dados documentais com os produtores rurais, como fotos antigas, cópias de escrituras, anotações particulares e livros para contribuir com as fundamentações das informações obtidas.

Foi apresentado o estudo da evolução e diferenciação dos sistemas agrário do Distrito. Assim, iniciou-se com a evolução indígena e indígena a cavalo, que foi até 1790, passando por 1873, com a chegada nos Campos de Cima da Serra dos primeiros moradores do Distrito de Lajeado Grande, indo até os dias atuais. Assim fica identificado o período estudado e as influências que possam ter destes atores sociais no modelo produtivo adotado na região.

3 PASTAGEM

Conforme Sommer e Saldanha (2010), os Campos de Cima da Serra foram, historicamente, construídos pelo uso dos campos nativos pelas sociedades indígenas. Mais tarde, os portugueses assumiram esses campos para a criação do gado vacum trazido das reduções jesuíticas no século XVIII. Nos Campos de Cima da Serra, a identidade territorial está alicerçada na pecuária extensiva que foi construída a partir da utilização dos campos nativos para a criação de gado e pouca produção agrícola. Essa identidade está ligada à paisagem natural visualizada por um relevo ondulado a suavemente ondulado, denominado, regionalmente, de coxilhas.



Figura 1: Foto de Floresta Ombrófila Mista com Araucária e Estepe Gramíneo (campos nativo) no Distrito de Lajeado Grande.
Fonte: Adão Marques Cardoso 2010.

De acordo com Nabinger et al. (2009), é importante salientar quando falamos em de campo nativo, melhor seria falar sobre a pastagem natural, bioma tão importante quanto a Floresta Amazônica ou a Mata Atlântica. Trata-se de um ecossistema natural pastoril e, como tal, sua manutenção com pecuária representa a melhor opção de uso sustentável para fins de produção de alimento. Ao falar em pastagem natural e o futuro dos campos naturais, é importante destacar a função ambiental, social e cultural, e a importância de sua conservação, alertando para as

ameaças de extinção, devido ao avanço da agricultura e das florestas plantadas. Segundo Valls (2009), é este desprezo pelos campos, causado pela falta de reconhecimento de seu valor, que leva à tentativa de aplicação, a eles, de propostas, às vezes, levianas, descomprometidas com a visão social e ambiental.

De acordo com Boldrini (2009), os denominados “campos do Brasil Central” ocorrem nas porções mais elevadas, nos topos e encostas, e vales e podemos encontrar as florestas com araucárias nos campos de altitude que fazem parte dos Campos de Cima da Serra. A vegetação é representada por grandes extensões de campos onde são encontradas espécies de diversas famílias as leguminosas, as verbenáceas. A pecuária é uma atividade produtiva que utiliza o manejo de queimada no final de cada inverno com o intuito de provocar rebrote.

Quando da introdução do gado pelos Jesuítas nas Missões Rio Grande do Sul, no século XVII (Porto 1954), os animais pastadores da fauna nativa nos campos eram de pequeno porte, especialmente veados, emas, capivaras, antas e pequenos roedores [...] incapaz de controlar a expansão de vegetação lenhosa (PORTO 1954 apud BEHLING, et al., 2009:19).

Consoante Suertegaray e Silva (2009), esta ocupação ocorreu, mais especificamente, durante o período das guerras Cisplatinas, quando foram instaladas estâncias de 1814 a 1816 por meio da doação oficial de sesmarias. O regime de sesmarias se extinguiu em 1822. A ocupação de terras tinha o objetivo de substanciar maiores reivindicações territoriais por parte da Coroa Portuguesa. Neste contexto, surge a exploração econômica, especialmente do couro e do charque.

“A criação de gado no sul do Brasil geralmente ocorre com pastejo contínuo e extensivo e os campos naturais permanecem como base da produção pecuária” (NABINGER et al., 2000 apud OVERBECK et al., 2009:30).

“No Rio Grande do Sul, aproximadamente 70% da pecuária de corte desenvolvem-se sobre pastagens de campos naturais” (IBGE, 2010:87).

De acordo com Bencke (2009), as práticas de manejo preponderantes nos campos de pecuária do Sul do Brasil são voltadas exclusivamente à produção e ignoram as funções ambientais, culturais e recreacionais dos ecossistemas campestre. O gado é criado, predominantemente, a pasto nativo e as pastagens são exploradas sob regime de pastoreio contínuo e extensivo.

Consoante Overbeck et al. (2009), o uso do fogo para o manejo da terra é controverso e estudos confiáveis sobre seu impacto na composição de espécies ou

tipos funcionais e nas propriedades do solo são escassos. Campos onde não ocorre nem fogo nem pastejo, frequentemente, apresentam alta dominância de poucas espécies de gramíneas entouceiradas, ou seja, baixa diversidade de outras herbáceas. “Sabe-se que as queimadas no inverno ou no início da primavera diminuem a contribuição de gramíneas C3, de estação fria, em prol de gramíneas C4, de estação quente” (LLORENS & FRANK, 2004 apud OVERBECK et al., 2009:34). Se o pastejo com gado permanecer como uma atividade econômica sólida, a compreensão do impacto do fogo nas propriedades do solo torna-se importante.

A pecuária no sistema extensivo é o principal instrumento para manter o pasto nativo sem maiores interferências na vegetação.

O pecuarista que baseia seu sistema de produção na pastagem natural seja necessariamente o guardião do meio ambiente e da paisagem, nenhuma remuneração lhe é dada para tal. Sua única remuneração resulta da venda do produto animal aí gerado e, de um modo geral, esta remuneração é baixa e não contempla esta “guarda” do ambiente e da paisagem. Portanto, ainda que reconhecendo a importância do campo nativo na manutenção do equilíbrio ecológico em determinadas regiões do estado, é preciso admitir que a atual pressão econômica se exerce em prol da eliminação/transformação deste bioma, só pode ser revertida se houver alternativas também econômicas que assegurem que a exploração pecuária baseada na pastagem natural é passível de aumento substancial apenas manejando corretamente esse recurso, isto é, com um mínimo de investimento financeiro (NABINGER, et al., 2009:176).

Talvez esta falta de reconhecimento para com os pecuaristas esteja sendo compensada com ações como do Banco Mundial, com projeto piloto que pode servir de modelo, pois ações de preservação e incremento de renda andam juntas.

O Banco Mundial está procurando incentivar a pecuária no sistema extensivo devido a sua importância para conservação do Bioma Pampa, que é o foco do projeto, conforme artigo do jornal Sul Rural, que com:

A união entre a pecuária de corte e a conservação das áreas de pasto nativo do Bioma Pampa é o foco de um projeto piloto [...] O objetivo é financiar, com mais de US\$ 1.2 milhões em recursos do Banco Mundial, iniciativas de preservação ambiental entre os pecuaristas que criam seus rebanhos nesse tipo de vegetação, que corresponde a 63% do território gaúcho [...] para ingressar no projeto o produtor deverá contar com áreas expressivas de campo nativo se comprometer a manter pelo menos 50% da área de seu imóvel com esta vegetação (GUEDES, 2011: 3).

A ideia é que, embora em outro contexto, a pecuária extensiva sirva para preservar os Campos de Cima da Serra.

Conforme Bristot (2001), a região dos Campos de Cima da Serra encontra-se frente a um sério dilema motivado pelas leis de preservação ambiental. A proibição de qualquer tipo de queimada está provocando um aumento do êxodo rural com a consequente venda das áreas "multadas" que não vão ser mais utilizadas como fazendas, mas vendidas para empresas madeireiras. Posteriormente, serão cobertas por uma floresta uniforme de Pinus. Há dificuldade em se encontrar áreas apropriadas para a formação de pastagens artificiais suficientes para a alimentação de todos os animais durante os meses mais frios. Não parece haver dúvidas de que as queimadas, mesmo de forma controlada, causam danos ao meio ambiente. O problema central nesse debate é a avaliação qualitativa e quantitativa desses danos. Nesse sentido, muitos estudos são necessários, além de todos aqueles que estão em andamento na atualidade. Quanto à postura das autoridades ligadas à área ambiental, espera-se, também, uma preocupação efetiva, não só em relação às queimadas, mas também com a expansão das florestas contínuas e homogêneas, principalmente com Pinus. Essa última situação aponta para o desaparecimento total da biodiversidade e da beleza da encantadora paisagem dos Campos de Cima da Serra, que tanto contribui para o desenvolvimento do turismo rural e ecoturismo. Portanto, a região do Planalto das Araucárias enfrenta duas ameaças ambientais sérias: queimadas de campos e a propagação das florestas de Pinus, que uma proibição radical das primeiras acentuará a segunda e, nesse caso, de uma maneira irreversível.

“A riqueza de espécies vegetais em campos excluídos do pastejo poderia apenas ser mantida pelo fogo, pois a longo prazo, a própria vegetação campestre pode ser perdida devido ao adensamento de arbustos” (OVERBECK et al., 2005, OVERBECK et al. 2006 apud OVERBECK et al., 2009: 32).

Segundo Velez et al. (2009), o uso das queimadas como forma de manejo da vegetação nos campos é tema de visões divergentes inclusive no âmbito acadêmico. No Brasil, a legislação federal não veda esta prática, desde que autorizada pelo órgão ambiental. Com a promulgação da Constituição Estadual, em 1989, as queimadas passaram a ser proibidas no RS. No entanto, tem havido tentativas de diminuir a restrição desta prática que, até o momento, não lograram êxito.

A prática de manejo tradicional do campo nativo é a queima realizada entre os meses de julho e agosto. Essa prática, que vem desde os primórdios da ocupação da área com a exploração bovina, é utilizada para eliminar a sobra de pasto seco, queimado pelas geadas do inverno e não foi consumido pelos animais devido à baixa qualidade (MESSIAS, 2002:2).

As consequências são:

(...) redução da cobertura do solo e conseqüente perda de elementos químicos, a poluição do ar, a redução das populações de animais, a diminuição da freqüência de espécies herbáceas que impedem a regeneração da araucária. (JOMERTZ, et al., 2008:76). Esta prática tradicional reduz a produtividade das pastagens a longo prazo e é conflitiva com a legislação ambiental vigente, o que tem causado sérios problemas entre os agentes de fiscalização e os produtores rurais em função da aplicação de multas. Práticas culturais alternativas, entretanto, não existem, no Município de São Francisco de Paula, e faltam experimentos que demonstrem a eficiência e as vantagens destas técnicas em relação às queimadas (JOMERTZ, et al., 2008: 79).

De acordo com Jacques, Heringer & Scheffer-Basso (2009), que avaliaram pastagem nativa e pastagem nativa melhorada, na região dos Campos de Cima da Serra, RS, esses verificaram que a queima resultou em maior acidez potencial do solo. A prática da roçada diminuiu a acidez e aumentou a fertilidade do solo. A correção e adubação do solo favoreceram as espécies nativas de estação quente. A queima favoreceu as andropogônias e o capim-pelo-de-porco, que é uma espécie oportunista. A queima reduziu a produção de forragem (matéria seca de forragem verde), diminuiu a quantidade de material morto sobre o solo, diminuiu a infiltração de água no solo. Em geral, a proteína bruta e gestibilidade foram maiores nas áreas sem a queima, concluindo que a queima das pastagens naturais, na região dos campos, deve ser evitada como prática rotineira de manejo, pois deteriora as características do solo e reduz o potencial produtivo da vegetação.

Consoante Reis (2009), a falta de uma proporção significativa de gramíneas de estação fria e de leguminosas de estação frias ou quentes, na composição dos campos naturais, é, entre outros fatores, uma consequência da deficiência de fósforo e também da acidez no solo. O melhoramento de pastagens nativas depende do ajuste da carga animal, roçada, diferimento, sobressemeadura de espécies de estação fria, suplementação proteica/nitrogenada, banco de proteínas, entre outras. As mais sofisticadas, como introdução de espécies cultivadas de estação fria, pode ser feita com máquina que abre o sulco, semeia e aduba, conservando a pastagem nativa, ou com preparo superficial do solo com grade ou introdução de uma

renovadora, preparo com simples sobressemeadura sem mobilização do solo, porém tudo começa com a correção e adubação do solo do solo. O momento próprio para introduzir uma pastagem para, diminuindo a competição da pastagem nativa, pelo efeito das temperaturas frias, as espécies a serem implantadas, dependem das regiões. Nas regiões frias, as que têm maior sucesso e mais precoces são centeio e a aveia, as mais tardias, azevém e capim-lanudo. As leguminosas oferecem um número razoável de espécies que podem ser escolhidas de acordo com o interesse e situação de cada região. As introduções de leguminosas nas regiões frias sobre a pastagem natural, além do incremento na qualidade da forragem, proporciona a fixação do nitrogênio simbiótico.

Nossas pastagens nativas são de muito boa qualidade e, com o manejo correto, seu potencial, amparado cientificamente, produz resultados ainda melhores. Embora exista um bom acervo de informações a respeito do manejo, melhoramento e formas de utilização de nossas pastagens nativas, não temos sucesso na transferência de tais tecnologias para os produtores gaúchos. Podemos contar sempre com as pastagens nativas de maneira segura e sustentável, desde que bem manejadas, para enfrentarmos tanto os tempos normais assim como os tempos de adversidades climáticas.

Conforme Nabinger et al. (2009), um fator importante no manejo dos bovinos, que pode fazer diferença, é, por exemplo, os terneiros, novilhas em crescimento e novilho em terminação, os quais pertencem a uma categoria preferencial que deve ser manejada numa oferta de forragem de, no mínimo, de 4 a 5 vezes a sua capacidade diária (12 a 13%/MS100 Kg PV² dia). Já vacas desde a desmama até um terço da gestação não necessitam este nível de oferta, isso significa apertar as vacas e folgar os terneiros. Nesta região dos Campos de Cima da Serra, as pastagens naturais têm capacidade de suportar altas lotações no período quente, mas, durante a estação fria, a capacidade baixa para 0,5 UA³/ha ou menos. Devido a estas características, o manejo faz diferença no resultado final econômico da criação. Um bom exemplo foi:

Na região dos Campos de Cima da Serra, RS, Jacques (1997) obteve um ganho diário por animal de 583 gramas no período de 16 de junho a 28 de fevereiro, suplementado a pastagem nativa durante o período frio (16/06 a

² PV = Peso vivo do animal.

³ UA = unidade animal.

30/09), com acesso dos animais a uma pastagem nativa melhorada com trevo-branco (*Trifolium repens*) e trevo-vermelho (*Trifolium pratense*) durante 30 minutos diários (JACQUES, 1997 apud SCHEFFER-BASSO et al., 2009:241).

“Deste modo, a melhoria da produtividade pecuária e da economicidade deve ser embasada, inicialmente, em tecnologias sustentáveis e conservacionistas, eficientes e de baixo custo, tendo como base a produtividade do campo natural” (REIS, 2009:266).

Um exemplo produtivo que compactua com a identidade cultural tropeira é o cultivo de pastagens. Segundo Costa (1971), a pesquisa em pastagens e plantas forrageiras deve ser prática e objetiva para solucionar problemas locais e regionais para desenvolvimento da pecuária.

De acordo Nabinger et al. (2009), existe um potencial para produção animal em pastagem natural que ainda é pouco praticada. Quando se fala em adequação, ajuste da carga animal nas áreas de pastagem nativa, devemos considerar outros recursos forrageiros atuando como elemento tampão do sistema. Mesmo estratégia para verticalizar a produção, sobretudo em sistemas que integrem lavoura-pecuária, ou mesmo em sistemas silvipastoris, passando a ter maior controle na cadeia produtiva bovina.

Cabe lembrar que, embora o futuro possa parecer pouco promissor para a atividade de pecuária de corte na pastagem nativa no curto prazo, ainda é possível fazer dela um bom negócio, tendo como estratégia de desenvolvimento rural o produtor e seus objetivos, como figura central nas tomadas de decisão. “É importante ser ressaltado que este manejo de pastagens não contribui para o efeito estufa, pois não há mudança no tipo de cobertura” (BRISTOT, 2001:3).

Consoante Sommer e Saldanha (2010), nos últimos vinte anos, houve uma acentuada alteração na paisagem natural dos Campos de Cima da Serra. A substituição da sua cobertura vegetal nativa composta, originalmente, por Floresta Ombrófila Mista com Araucária e Estepe Gramíneo-Lenhosa (campos) por projetos de silvicultura de espécies exóticas, expansão de áreas agrícolas, indicando um processo de modificação nos usos tradicionais do solo. As implicações são socioambientais e culturais que se expressam em sua paisagem. As mudanças nos usos do solo nos municípios que pertencem à região dos Campos de Cima da Serra nos levam a diferenciar duas situações relacionadas aos novos usos econômicos do

território. Em uma escala de análise regional, basicamente a economia dos Campos de Cima da Serra está ligada à agropecuária. Entretanto, ocorre uma distinção entre os municípios, alguns com a economia voltada para o agronegócio exportador, baseado em grãos e fruticultura, como Vacaria e adjacências, e os ligados à agropecuária e silvicultura para celulose e madeira, São Francisco de Paula, Cambará do Sul, Jaquirana e São José dos Ausentes. Também se destaca nestes últimos municípios em que a agricultura é voltada ao mercado interno e de subsistência. A pecuária extensiva, com a utilização de pastagens nativas e cultivadas, às vezes, é consorciada com lavouras, principalmente o milho e batata.

O avanço das florestas exóticas, principalmente o *Pinus s.p.*, sobre a pastagem nativa, imprime uma marca na paisagem que indica um uso distinto do território. As grandes áreas plantadas com florestas, em sua maioria, pertencem a empresas, os proprietários locais entram nesta produção associando-a com outras atividades da propriedade dentro de um programa denominada de Arranjos Produtivos Locais-Floresta⁴ (APL). A expansão das florestas plantadas em áreas de campo nativo, nos últimos vinte anos, vem sendo ancorada em várias estratégias.

Os dados levantados a partir do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) mostram o perfil econômico da região dos Campos de Cima da Serra e indicam a estagnação das atividades relacionadas à pecuária em que se observa um declínio no número de cabeças dos rebanhos bovinos, ovinos e suínos. O elevado número de propriedades com florestas exóticas plantadas, principalmente espécies de *Pinus s.p.*, levam à indicação de monocultura arbórea em todos os municípios.

O discurso de desenvolvimento e diversificação na matriz econômica tem propiciado alteração na paisagem da região dos Campos de Cima da Serra a partir da articulação de políticas públicas e privadas na gestão de projetos na construção de novas estruturas de produção econômicas. Os novos usos do solo mostram o avanço da fronteira agrícola sobre os campos. A distinção entre grandes e pequenos

⁴ Arranjo Produtivo Local (APL) é definido como a aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal, bem como de empresas correlatas e complementares, como fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, em um mesmo espaço geográfico (um município, conjunto de municípios ou região), com identidade cultural local e vínculo, mesmo que incipiente, de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais e instituições públicas ou privadas de treinamento, promoção e consultoria, escolas técnicas e universidades, instituições de pesquisa, desenvolvimento e engenharia, entidades de classe e instituições de apoio empresarial e de financiamento (ALBAGLI e BRITO, 2002:1).

produtores ocorre no acesso aos programas de financiamento que diferem em relação aos produtos plantados.

Os atuais ecossistemas, tanto florestais como campestre, são fortemente influenciados pelas atividades humanas. A remoção da floresta e a alteração da paisagem, por meio da agricultura, partejo e plantio de Pinus e Eucalipto, têm mudado claramente a vegetação original (BEHLING et al., 2009:15).

“Assim, um decréscimo de 25% da área total dos campos naturais ocorreu nos últimos 30 anos devido a uma forte expansão das atividades agrícolas” (OVERBECK et al., 2009:35).



Figura 2: Foto de disputa de espaço entre floresta exótica, campo nativo e cultivo de batata em São Francisco de Paula.
Fonte: Barcarolo, 2010.

Esta realidade que ocorre, atualmente, de perda de espaço dos campos nativos para a agricultura é comum nos Campos da Cima da Serra. Exemplo disso é o “histórico de produção mais recente, o terceiro pólo produtor de batata concentra-se nos Campos de Cima da Serra, notadamente nos municípios de São José dos Ausentes, São Francisco de Paula e Bom Jesus”. (IBGE, 2010:66). O cultivo da batata, geralmente, ocorre por meio de arrendamento das terras. O plantio de Pinus, da forma que se estabelece na região, provoca grande impacto socioambiental. “Alteração e descaracterização da paisagem natural pela silvicultura também representam ameaça ao segmento turístico estadual como nos Campos de Cima da

Serra”, (IBGE, 2010:91). Muitos produtores rurais que investem na silvicultura ou no cultivo de batata em São Francisco de Paula são de fora do município e tem a terra com o intuito apenas para produtividade, e não demonstram nenhuma preocupação com o meio ambiente, por consequência, aniquilam a biodiversidade e transformam a paisagem. “A baixa rentabilidade atual da pecuária e a aptidão da região para o reflorestamento poderá contribuir para a exclusão de um grande número de pecuaristas, principalmente os familiares, em função da venda de suas propriedades” (MESSIAS, 2002:2). A comunidade tradicional dos descendentes dos tropeiros está vulnerável a todas as manipulações, seja econômica seja social, e de risco ambiental, pois o modelo produtivo por eles adotado de pecuária, no sistema extensivo, depende de áreas preservadas para produzir, como estas estão cada vez mais escassas, eles se enclausuram em espaços menores, marginalizando-se. Daí a necessidade do “foco nos grupos sociais invariavelmente levanta o tema das práticas ambientais em conflito de tal forma que a análise dos chamados conflitos socioambientais se tornou um elemento central da ecologia política” (LITTLE, 2006:88).

Conforme Cordeiro e Hasenack (2009), o desaparecimento do gaúcho original certamente foi um precursor fundamental para que essa figura fosse alvo de diversas interpretações e representações contraditórias. A identidade regional construída sobre os campos nativos do Rio Grande do Sul, bem como a atividade econômica a eles associada (gaúcho e campo nativo), podem ser aplicadas como ferramentas adicionais aos esforços para a conservação desta paisagem única, no Nordeste (planalto das araucárias), onde o total de remanescente tanto de campestres como florestais somam 6.346,02Km² (5.423,70 Km² e 922.31 Km², respectivamente).

4 CARACTERIZAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

São Francisco de Paula “ocupa uma área de 3.273,498 Km², e possui uma população bruta de 20.161 habitantes” (IBGE, 2010). Conforme Teixeira (2002), o povo de São Francisco de Paula tem uma identidade cultural que é vivenciada no estilo do gaúcho, seja na vestimenta ou na preferência por determinadas comidas campeiras, como charque, churrasco, arroz carreteiro e feijão mexido, e pelo respeito ao cavalo. Fatos que os diferenciam de outros povos, assim como as belezas naturais do município, que se distinguem das demais. As casas ou chalés de madeira carregam influência do colono europeu. Seus habitantes descendem de portugueses (principalmente açorianos), italianos e alemães. Nas residências, é comum encontrar lareiras e fogões a lenha para aquecimento no inverno, as rodas de chimarrão criam um ambiente aconchegante. Embora tenham, na cidade, variedades de raças e de condições sociais e econômicas, todos mantêm hábitos comuns do gaúcho, como o chimarrão e a hospitalidade. As formas mais racionais de explorações são: pecuária baseada em pastagens naturais e cultivada⁵, silvicultura, fruticultura e olericultura.

4.2 LOCALIZAÇÃO

São Francisco de Paula é o município mais meridional da região da Serra do Nordeste ou Serra Geral, do Rio Grande do Sul, com latitude sul de 29° 20' 00" S e longitude oeste 51° 30' 21" W. Encontra-se nos arredores do extremo Sul da Escarpa do Planalto Meridional formado pela Serra Geral. De acordo com Teixeira (2002), São Francisco de Paula se localiza na Encosta Inferior do Nordeste do Estado do RS, chamado Campos de Cima da Serra, cuja abrangência territorial também inclui os municípios de Bom Jesus, Cambará do Sul, Canela, Gramado, Jaquirana, Nova Petrópolis e São José dos Ausentes. O município se limita ao Norte com Monte Alegre dos Campos e Bom Jesus; e a Leste, com Jaquirana, Cambará

⁵ As pastagens cultivadas, conforme observado na evolução dos sistemas agrários, na maioria das propriedades rurais de São Francisco de Paula que se dedicam à pecuária, aparece em pequena parcela da área ou não aparecem.

do Sul, Estado de Santa Catarina, Três Forquilhas e Itati; ao Sul, com Maquiné, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas, e a Oeste, com Canela e Caxias do Sul.

Distante 112 km de Porto Alegre (Capital do Estado). Os Distritos do Município são: Tainhas, Lajeado Grande, Juá, Rincão dos Kroeff, Eletra e Cazuza Ferreira.

4.3 CONSTITUIÇÃO DO MUNICÍPIO

Consoante Barroso (1992), os primeiros habitantes desta região ficaram conhecidos como índios, e se alimentavam da caça e pesca e de uma rudimentar agricultura. No Rio Grande do Sul, existem três grupos indígenas. O grupo que mais nos interessa é o dos nativos da região, conhecidos como Gê ou Tapuia. Do grupo dos Gês, faziam parte os Guaranás, os Coroados, os Pinarés e os Ibirajaras, os quais eram nômades e viviam em grandes áreas dos Campos de Cima da Serra.

Demonstravam preocupação com a reprodução das espécies, procurando abater apenas os machos das espécies, poupando as fêmeas. Existia divisão do trabalho por sexo. Os homens preparavam o terreno por meio da coivara (queima da terra). A mulher plantava e colhia. O pinhão e mel era alimentação apreciada por eles. Moravam em aldeias de cinco a seis cabanas com divisões internas, contendo 20 a 25 famílias. O feiticeiro tinha importante função de determinar como se procederia na caça, na guerra, no plantio e também com os recém-nascidos. Os conquistadores europeus, no final do século XVIII e princípio do XIX, ocuparam o território do atual Rio Grande do Sul, diminuindo os espaços da população indígena.

Também neste período, “no final do século XVIII, [...] paulistas, lagunistas e outros desceram para o Rio Grande do Sul, para buscar mulas para a zona mineradora”, visto que o Rio Grande do Sul “passou a ser o grande fornecedor de animais de tração, próprios para a atividade extrativa” (TEIXEIRA, 2002:21).

Conforme Barroso (1992), é neste cenário que o Rio Grande do Sul integra-se tardiamente ao restante do Brasil, pois este território era domínio espanhol, conforme determinava o tratado de Tordesilhas, de 1494. E, neste contexto, São Francisco de Paula passa a desempenhar importante papel. Inicialmente, o caminho das tropas era da Costa do Mar.

Posteriormente, era aberto o caminho dos conventos, inicialmente por Souza Faria e concluído por Cristovão Pereira de Abreu. Atribui-se a ele o caminho da

serra, que, partindo da altura de Palmares do Sul, atravessava o atual território de Santo Antônio da Patrulha, alcançava o planalto pelos Campos de Cima da Serra, indo na direção de Lages, avançando para Sorocaba.

Fugindo do litoral inóspito, com muitas barreiras que interceptavam o caminho da praia (rios Tramandaí, Mampituba e Araranguá) foi aberto por Cristóvão Pereira de Abreu, por volta de 1734, um caminho que saía na altura do atual município de Palmares, enveredava na direção do rio Rolante, afluente do Rio dos Sinos (área de Santo Antônio da Patrulha), rumo a serra (São Francisco de Paula e Vacaria) (BARROSO, 2009:7).

Outro trajeto descrito é “saindo de Laguna seguia para o norte de Santo Antônio da Patrulha, subindo a Serra Geral, passando por São Francisco de Paula e Bom Jesus” (IBGE, 2010:20). “Em 1766 surgiu o povoado de Lajes, erguido à categoria de vila em 1774, graças ao tráfego de mercadorias” (FLORES, 35: 1998). “O tropeiro foi decisivo para a formação dos estados do sul, ao estimular a criação de centenas de cidades em cada pouso ao longo do caminho” (RIBEIRO, 2006: 19). E, assim, o tropeiro descobriu a Serra Gaúcha. O surgimento das primeiras cidades ocorreu devido à passagem dos tropeiros nas localidades e a seus acampamentos para suas sesteadas⁶.

“Foi com o transitar dos tropeiros por este caminho que teve início o processo de ocupação dos Campos de Cima da Serra, recebendo os primeiros sesmeiros. O Capitão Pedro da Silva Chaves, um português estabelecido em Itú (SP), foi um dos primeiros” (TEIXEIRA, 2002:21).

Segundo Teixeira (2002), o capitão Pedro da Silva Chaves, ele ou seus herdeiros, é que doou à comunidade a área que hoje contém o centro urbano. Em 1809, a Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, hoje estado do Rio Grande do Sul, era dividida em quatro grandes municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Santo Antônio da Patrulha era constituída por Osório, Vacaria e São Francisco de Paula.

De acordo com Barroso (1992), a partir da primeira sesmaria concedida, outras vão sendo doadas nos Campos de Cima da Serra. O intenso comércio de muareas atraiu moradores para a região. Em 1858, o censo acusa para São Francisco de Paula os seguintes dados: livres - 2404; libertos - 48; escravos - 762. Assim, a população somou 3.206 habitantes.

⁶ Sesteadas é a parada para descansar ou passar a noite (ADÃO MARQUES CARDOSO, 2008).

Consoante Teixeira (2002), São Francisco de Paula serviu de refúgio da Guerra do Paraguai, da Guerra dos Farrroupilhas, quando os soldados escondiam-se nas invernadas de São Marcos e na região que vai até Vacaria.

Conforme Teixeira (2002), em 24 de maio de 1878, pela Lei Nº 1.152, São Francisco de Paula passou à categoria de vila, ficando, assim, com a denominação de São Francisco de Paula de Cima da Serra. Porém, em 1889, foi extinto o Município de São Francisco de Paula, anexando-o ao de Taquara. Entretanto, em 06 de dezembro do mesmo ano, o Governador do Estado por Ato Nº 26, revogou a Lei que anexava São Francisco a Taquara. Novamente, em 1º de setembro de 1892, São Francisco de Paula era a anexado outra vez a Taquara. Por fim, pelo Decreto-Lei Nº 563, de 23 de dezembro de 1902, foi restabelecido, definitivamente, o município de São Francisco de Paula de Cima da Serra.

4.4 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS

Segundo Teixeira (2002), São Francisco de Paula, em seus primórdios (10/10/1920), teve sua exploração da erva-mate um dos seus principais fatores de desenvolvimento. Posteriormente, foi a vez da madeira com a extração de araucária angustifolia que movimentou a economia local da época. Hoje, a fonte de riqueza está relacionada a grandes áreas com espécies exóticas, sobretudo pinus elliotis, eucaliptus e viminalis. Na pecuária, a bovinocultura de corte e de leite, e a ovinocultura têm participado constantemente da riqueza do município. Recentemente, a olericultura (cultura de legumes e hortaliças), com tecnologia moderna, vem se destacando. Na fruticultura, destaca-se o cultivo do pêssego, uva e maçã, sendo que esta última teve grande destaque em 1993, quando diversos agricultores e empresas investiram nesta atividade. Nos últimos tempos, poucos ainda se dedicam a esta cultura.

Alguns tipos de indústrias estão operando no município, como a de calçados, a de malhas, a de madeiras e outras de pequeno porte. O turismo é outra atividade que vem se desenvolvendo com diversos projetos para este setor. O fenômeno turístico incide diretamente sobre outros setores, como hotéis, transportes, comércio, restaurantes e serviços pessoais e profissionais.

A silvicultura para fins comerciais, como lenha ou fabricação de papel, diminuiu desde o decênio 1950/1960, havendo, ainda, no interior, algumas pessoas que se

dedicam a esta atividade econômica. Atualmente, é baseada na produção para comercialização na indústria moveleira, construção civil e exportação.

A atividade comercial se concentra, principalmente, nas Avenidas Júlio de Castilhos, Benjamim Constant e Getúlio Vargas para onde convergem os fluxos de mercadorias e pessoas para a zona urbana. Na parte dos serviços, os hotéis e pousadas desempenham papel de destaque, devido aos atrativos turísticos na região. Nos finais de semana, a frequência de turistas é bastante grande.

4.5 RELEVO

São Francisco de Paula apresenta “relevo ondulado a fortemente ondulado, [...] relevo acidentado formando cânions de até 100 m de profundidade” (BRASIL, 2002 apud CHAMI, 2008:22). Consoante Kaul (1990), os solos da região são derivados de rochas efusivas básicas e ácidas da Formação Serra Geral. “O relevo da região pertence à Unidade Planalto das Araucárias, com cotas altimétricas mais elevadas” (HERRMANN e ROSA, 1990:66). “Pertence à formação das Serras Geral e do Mar” (TEIXEIRA, 2002:44). De acordo com Teixeira (2002), o ponto culminante está no Morro do Cerrito com 1.083 metros e a cidade de São Francisco de Paula esta aproximadamente a 912 metros de altitude, com ondulações (coxilhas), e frequentes afloramentos de rochas. O município de São Francisco de Paula está situado no Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul com encostas acentuadas, vales e rios.

Assim como a constituição de seu bioma é caracterizado por Mata Atlântica, com grandes extensões de campo nativo, cobrindo as características coxilhas do município, com belas manchas de Florestas de Araucária, que personificam as belas paisagens da região que se apresentam como lindas paisagens demonstrando seu relevo acentuado com montanhas e vales profundos, que recortam as bordas do planalto e apresentam suas leves ondulações.

4.6 RECURSOS HÍDRICOS

Conforme dados da Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula (1996), a região é caracterizada por três bacias hidrográficas, predominando a bacia do Rio

das Antas. A participação das três bacias na região se dá na seguinte proporção, estimativamente:

- Bacia do Rio das Antas: 76%, pertencendo a estas as dos rios Bururi, Tomé, Tainhas e Camisas;
- Bacia do Rio Cai: 20%;
- Bacia do Rio dos Sinos: 4%.

A Bacia do Rio Cai, embora de menor expressão, alimenta os lagos das barragens da Divisa, Blang e Salto, que formam o Sistema Salto da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica, CEEE, e supre o conjunto das usinas dos Bugres e Canastra, com potência conjunta de 62.000 KVA.

4.7 VEGETAÇÃO

“São Francisco de Paula tem a particularidade de situar-se em zona de transição com a Floresta Ombrófila Densa. [...], reflorestamentos de Araucária Angustifólia, Pinus elliottii, Pinus taeda, Cryptomeria japônica e Eucalyptus spp”. (BRASIL, 2000 apud CHAMI, 2008:58). A principal característica da região, a Mata de Pinheiros ou Floresta de Araucária, é um atrativo que tornou a região foco de estudos científicos. Segundo Teixeira (2002), os Campos de Cima da Serra, na sua maior parte, são cobertos por gramíneas que entram em descanso durante os invernos rigorosos do planalto, escasseando o pasto para o gado. O solo é ácido, sendo necessária correção da acidez para produção de pastagens, e é carente em cálcio e fósforo. Nas encostas e beira dos córregos e nos declives, os solos são de fertilidade superior, arejados e bem supridos de umidade, facilitando a formação de pinhais característicos da região. Da cobertura original, restam, principalmente, os campos. Muitos pinheiros (araucária) foram cortados para dar lugar a roças ou para fins comerciais. Com a legislação mais austera e com maior fiscalização dos órgãos ambientais, a araucária, que é um dos símbolos da região, vem repovoando os capões e se mostrando imponente.

A Serra Gaúcha está integralmente localizada na chamada Floresta Atlântica, portanto, Bioma Mata Atlântica.



Figura 3: Mapa de localização do Bioma Mata Atlântica.
 Fonte: Adaptado de Mapa de Biomas do Brasil – IBGE (2006).

4.8 CLIMA

“A região onde se localiza São Francisco de Paula, no RS, segundo a classificação de Koeppen, é do tipo “C”“C”, mesotérmico subtropical, mas com períodos de temperados” (TEIXEIRA, 2002:43).

Enquanto o verão se caracteriza por temperaturas amenas, o inverno é frio, com frequente formação de geada e, eventualmente, queda de neve. A média do mês mais quente (janeiro) oscila em torno de 20°C; a média das máximas diárias, em torno de 26°C, e a máxima absoluta com média de 34°C. No inverno, entretanto, a temperatura diária chega a níveis próximos de 0°C, com média das mínimas diárias abaixo de 6°C durante todo o inverno. De acordo com Teixeira (2002), a variação da temperatura é devido à localização, pois a região está situada numa faixa limítrofe entre a influência das massas de ar tropical e as massas de ar polar, apresentando formação de frentes frias e frentes quentes.

“A região está sujeita aos frequentes e intensos nevoeiros influenciados, sobretudo, pela Serra do Mar. Os ventos dominantes são Nordeste e Norte” (BRASIL, 2000 apud CHAMI, 2008:58). Conforme Nimer (1990), esse tipo climático, presente apenas em 0,7% do estado do Rio Grande do Sul, é predominante nas altitudes entre 1.000 e 1.100 m, provocando temperatura média anual de 12 a 14°C.

Em regiões de serra, existe o famoso vento minuano, que, oriundo dos andes argentinos, é extremamente frio e seco. “Com chuvas bem distribuídas ao longo do ano, com casos raros de estiagem” (TEIXEIRA, 2002: 44).

Os mapas abaixo indicam as máximas e mínimas temperaturas, assim como os índices de precipitação apurados no estado para o ano de 2002.

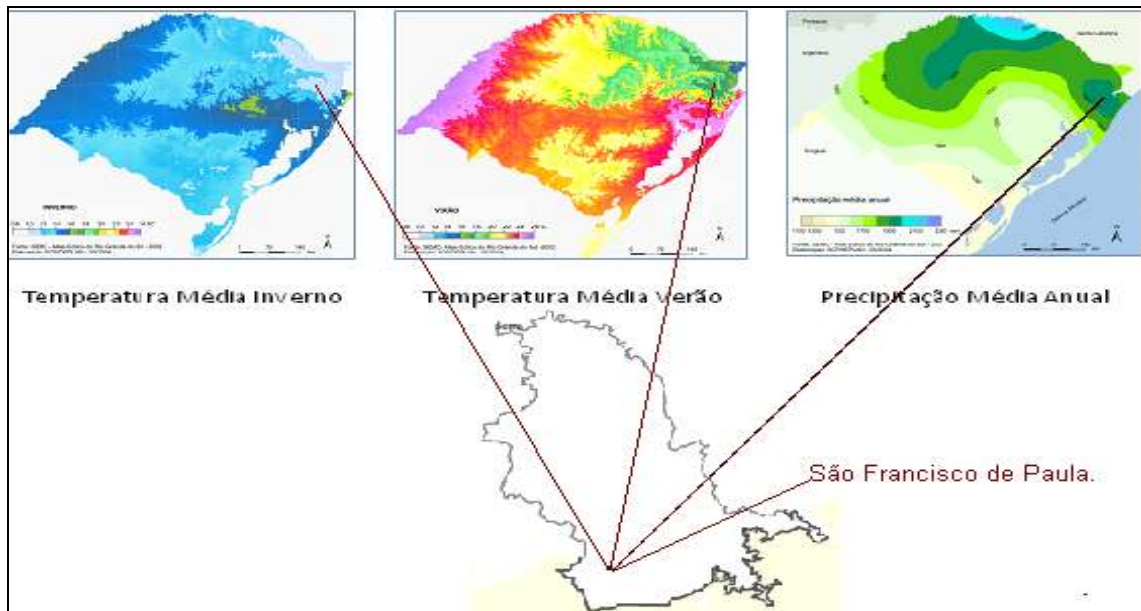


Figura 4: Mapa climático do RS.

Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2009.

4.9 SOLO

O solo do estado do Rio Grande do Sul é, de maneira geral, fértil, com grande variedade em tipologias devido a sua complexa formação geológica e ação climática, com ocorrência de acidez excessiva em algumas regiões como a que está em estudo. “O solo da região, identificado com base no Sistema Brasileiro de Classificação de Solos – SBCS, é Cambissolo Húmico Alumínio Típico – CHa 1” (EMBRAPA, 1999:412).

Em consequência das condições climáticas adversas (geadas e baixa insolação), esses solos apresentam aptidão restrita para culturas de verão, e melhores opções para fruticultura de clima temperado (macieiras e pereiras) e silvicultura, além de pastagens. “Por suas características e relevo acidentado, forte acidez e baixa disponibilidade de nutrientes, o uso agrícola desses solos exige

práticas conservacionistas intensivas e aplicação de elevados níveis de corretivos e fertilizantes” (STRECK et al., 2002:107).

Consoante Giasson (2010), nos Campos de Cima da Serra, o solo influencia no tipo de produção agrícola, sendo propício para silvicultura e o Campo nativo indicado para produção da pecuária⁷, e a variabilidade dos fatores ambientais que influem na formação do solo. Os diferentes tipos de solos possuem diferentes aptidões, caracteristicamente argilosos, profundos, moderadamente drenados, fortemente ácidos e pobres em nutrientes, em que aparecem os campos nativos e o desenvolvimento da silvicultura.



Figura 5: Mapa de classificação dos solos no Rio Grande do Sul.
Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2009.

4.10 CARACTERÍSTICAS DO DISTRITO DE LAJEADO GRANDE

Neste subcapítulo, serão apresentados os dados de localização, características dos primeiros habitantes e um breve histórico de Lajeado Grande, Distrito de São Francisco de Paula.

⁷ Pecuária é a arte ou o conjunto de processos técnicos usados na domesticação e criação de animais com objetivos econômicos, feita no campo.

4.11 LOCALIZAÇÕES DA COMUNIDADE

A sede do Distrito fica distante 74 km da sede do município, localizando-se nos encontros da Rota do Sol, RS-476 e do Rio Bururi com o Arroio Porco Morto. Possui uma área de 613 km² e possui, atualmente, cerca de trezentas casas.



Figura 6: Localização do Distrito.
Fonte: Google Maps

4.12 PRIMEIROS POVOADORES

Em entrevista com Cardoso (2011), pesquisador da história do Distrito, constata-se que uma das primeiras famílias moradoras do Distrito de Lajeado Grande originou-se da Ilha Terceira, no arquipélago dos Açores, descendentes de Henrique Cardoso, que migraram para a Ilha de Santa Catarina.

Conforme entrevista de Cardoso (2008), um dos o primeiro habitantes do Distrito de Lajeado Grande foi Laurindo Inácio Cardoso. Seu pai, pecuarista Manoel Inácio Cardoso, nasceu em 3 de novembro de 1791 na Praia da Armação, Ilha de Santa Catarina, em 10 de fevereiro de 1831, casou-se em Conceição do Arroio, atual município de Osório.

Os Campos de Cima da Serra foi o destino de Laurindo Inácio Cardoso, e também de sua esposa Carlota. A família de Carlota era natural de Santo Antônio da Patrulha, tinha grandes rebanhos de gado, que eram tropeados para o litoral catarinense, para o Paraná e São Paulo. A criação de gado e o comércio destes animais, certamente, foi o atrativo que trouxe Laurindo para os Campos de Cima da

Serra, o qual se tornou proprietário de área considerável do Distrito, sendo um dos principais fazendeiros.

Segundo Fogaça (2001), a primeira casa do Distrito pertencia a Leopoldino Cardoso (sobrinho de Laurindo Inácio Cardoso), construída para pensão e armazém no ano de 1943. Em 1944, foi construída a fábrica de pasta papel, “Pasta”, extinta em 1968, onde, atualmente, fica a sede do Parque das Cascatas. Em 1946, foi construída a primeira capela de madeira, que foi destruída durante um temporal em 1957. Em 1948, foi erguido o primeiro salão de festas, onde, atualmente, é a estação rodoviária, só em 1964-65 foi edificado novo salão junto à capela que, mais tarde, foi substituído pelo atual, de alvenaria. O Distrito de Lajeado Grande foi criado em 12 de dezembro de 1968. Na figura abaixo, pode-se observar uma das primeiras famílias a povoar o Distrito.



Figura 7: Foto da família de Laurindo Inácio Cardoso
Fonte: Adão Marques Cardoso, 2010.

5 FASES EVOLUTIVAS E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DO DISTRITO DE LAGEADO GRANDE

Serão apresentados os diferentes sistemas agrários do Distrito de Lajeado Grande e sua evolução dentro do espaço físico estudado, observando as relações sociais, suas articulações com o meio e suas alterações no tempo e espaço. Neste sentido, os sistemas agrários foram reconstruídos e assim subdivididos: Sistema Agrário Indígena e Indígena a cavalo – até 1790, Sistema Agrário Campos – de 1790 até 1995, Sistema Agrário Campos e Floresta Cultivada – 1995 até 2011.

Como foi escrito na exposição do Município, o Distrito também se encontra, de acordo com Boldrini (2009), com encostas e vales, onde podemos encontrar as florestas com araucárias e os campos de altitude que fazem parte dos Campos de Cima da Serra. Encontra-se a 868 metros de altitude, com relevo de colinas.

Como será apresentada na evolução dos sistemas agrários de 1710 a 1910, a expansão do distrito se deu com os índios a pé, após os índios a cavalo, continuando em outro momento com os tropeiros que foram se fixando em estâncias e fazendas, assim como com os latifundiários que implantaram serrarias e o sistema de derrubada. Neste mesmo período, não houve mudanças significativa quanto à paisagem.

Os índios que habitavam a antiga região, os Caáguas, da tribo dos Coroados, não tinham costumes diferentes dos outros grupos formadores da classificação Gês, porém, diferente dos guaranis que tiveram forma pacífica de relação, os Gês não se deixavam submeter e lutaram até o fim para que mantivessem posse da terra e de sua cultura. Os fazendeiros cansados de serem atacados de tocaia buscaram uma solução na contratação dos “bugreiros⁸”, especializados no extermínio dos índios ditos selvagens.

Com o desenvolvimento econômico da região, os fazendeiros necessitariam de auxílio. A solução foi a mão-de-obra dos escravos que, consoante entrevista de Cardoso (2008), era utilizada em serviços mais rudimentares, como, por exemplo, a feitura das taipas e derrubada e beneficiamento da madeira para as construções.

⁸ **Bugreiros** é o nome pelo qual ficaram conhecidos os indivíduos especializados em atacar e exterminar indígenas brasileiros e que eram contratados pelos colonos imigrantes e pelo governo.

5.1 O SISTEMA AGRÁRIO INDÍGENA E INDÍGENA A CAVALO – ATÉ 1790

Conforme Teixeira (2002), os índios que habitavam São Francisco de Paula foram os Caaguaras, os Caáguas, que estendiam suas aldeias pelas Serras Geral e do Mar. Faziam parte dos Coroados e usavam pelegos para se aquecer no inverno. Confirmado este fato, conforme Sommer e Saldanha (2010), os Campos de Cima da Serra foram, historicamente, construídos pelas sociedades indígenas.

Viviam em aldeias com cinco ou seis cabanas, nas quais se acomodavam entre 20 e 25 famílias, obedecia a um chefe cuja religião pregada era o Xamanismo. Caçavam, pescavam e comiam frutos e sementes. A caça e matança eram efetuadas apenas nos machos para que não houvesse a extinção da população animal.

A prática da queimada era constante e a agricultura rudimentar era de milho, mandioca, abóbora e batata-doce. Os índios se fixaram na região devido à oferta de caça-pesca por meio do Rio Bururi e do Arroio do Porco Morto.



Figura 8: Foto Rio Bururi com o Arroio Porco Morto.
Fonte: Tadeu Cardoso - 2008

A paisagem era a natural dos Campos de Cima de Serra, utilizavam-se ferramentas manuais confeccionadas em pedra, barro e madeira. Com a domesticação de animais, não houve grandes mudanças na paisagem natural, mas a criação de gado intensificou-se. É importante lembrar que a origem da bovinocultura no sistema extensivo na região dos Campos de Cima da Serra foi marcada pelos Jesuítas que, segundo Tanice Andreatta (2009), no ano de 1682, fundam os Sete Povos das missões e separam gado para nova reserva chamada

Vacaria dos Pinhais ou Campos de Vacaria, que encontrou condições favoráveis para proliferação da bovinocultura na região.

O uso da terra, até então, era coletivo e iniciou-se a troca de excedentes já que o transporte foi agilizado, sendo usado pelos índios os cavalos e as carroças. No final deste período, intensifica-se a colonização da região, exemplo disso é o surgimento, em 1766, do povoado de Lajes. Os índios que não foram dominados foram mortos, iniciando com maior intensidade a ocupação, pelos colonizadores, na região.

5.2 SISTEMA AGRÁRIO DE CAMPOS - 1790 A 1995

A principal característica deste período foi a extinção, gradativa, do índio, os que não sucumbiram transformaram-se em tropeiros e buscaram novas paragens. Os rebanhos, até então existentes, passam às mãos dos colonizadores, e o tropeiro fica apenas como o transportador e intermediário. Iniciou-se a agricultura de subsistência constituída, principalmente, por milho e batata. De acordo com Andreatta (2009), a partir de 1875, modificou-se significativamente a situação no campo, seja nas relações sociais, aumentando a distância entre o estancieiro e sua mão-de-obra ou com valorização do preço do gado e de terras que capitalizou os estancieiros, confirmando-se este fato também na região pesquisada. Consoante entrevista de Cardoso (2008), em meados de 1938, eram comercializados o charque, pinhão, couro e pelegos que eram transportados em grandes viagens, em carregamento de mulas com destino, principalmente, à Praia Grande e Três Forquilhas. Os instrumentos de trabalho não se modificam muito, e a mão-de-obra escravagista deixou sua marca na paisagem com a erguida das "taipas de pedra" presentes até hoje no panorama.



Figura 9: Foto das taipas da Fazenda Três Irmãos, em Lajeado Grande.
Fonte: Arquivo pessoal de Cardoso (2008.)

Conforme entrevista de Cardoso (2008), a contratação de mão-de-obra é iniciada, e, com as instalações e manejo de gado, concentra-se o abate em larga escala. O comércio de gado é intermediado por terceiros e levado aos frigoríficos da capital. O período que marcou a bovinocultura na região com a instalação do primeiro frigorífico no estado foi no ano 1919, provocando mudanças na cadeia produtiva bovina, exigindo melhor genética dos animais. Outra característica fundamental era a existência de Bolichos⁹, em 1960, como o do Edmundo Schaffer, no Morro do Chapéu, no Distrito de Lajeado Grande, onde eram comercializados lã, queijo e couro. Neste sistema agrário, a cercania de taipa passa a ser divisor de campos com clara delimitação de áreas. A revolução verde provocou mudanças nas áreas agricultadas, mas, na bovinocultura, mantém-se aos moldes praticados no século XIX.

⁹ Bolichos: Armazém da época que intermediava compra e venda de mantimentos (ADÃO MARQUES CARDOSO, 2008).



Figura 10: Foto cercania de taipas nos campos da fazenda Três Irmãos
Fonte: Arquivo pessoal Cardoso (2008).

Entre 1961 e 1995, ocorre a introdução da moto mecanização. A criação de gado no sistema extensivo ainda continua como a principal fonte de renda, movimentando a economia local, continuando também a agricultura de subsistência e a exploração de pastagens naturais. Mas é nítido o avanço das áreas com florestas exóticas e hortifrutigranjeiras. A partir de 1985, o rebanho de bovinos se reduz, provavelmente, pelo avanço destas áreas agrícolas e das florestas exóticas. “Nos últimos 30 anos, pelo menos 25% da área total de campos nativos foram convertidos em áreas de plantações de milho, soja e, ultimamente, em plantações de árvores exóticas” (PILLAR et al., 2006 apud FIDELIS; APPEZZATO-DA-GLÓRIA; PFADENHAUER, 2009:98).

5.3 SISTEMAS AGRÁRIOS CAMPOS, FLORESTAS EXÓTICAS E HORTIFRUTIGRANJEIRAS DE 1995 ATÉ 2011

Por volta de 1995 até os dias de hoje, verifica-se que o campo cedeu lugar às florestas exóticas, aos hortifrutigranjeiros, ao alho e à batata, consolidando-se a moto mecanização. Continua, porém, a serem usadas ferramentas de tração animal leves e pesadas, conjugando, ainda, as ferramentas rudimentares. Na maioria das propriedades rurais, os trabalhos são conduzidos pela família residente, agregado e contratado. Aparecem pequenas áreas com pastagens cultivadas. É comum o arrendamento de áreas de terras dos pecuaristas, por produtores de hortifrutigranjeiros, batata e alho. O comércio local é efetuado em larga escala, sem deixar de existir o sistema de troca entre pequenos agricultores familiares. A

evolução dos sistemas agrários na produção, mecanização e seleção genética evoluiu com maior intensidade no período pós 2000, embora ainda se mantenham costumes tradicionais tanto na utilização de instrumentos para produção, como nas técnicas de trabalho.

6 O TROPEIRO

6.1 O TROPEIRO

A região dos Campos de Cima da Serra, cujo povoamento “se deu, inicialmente, por portugueses e seus descendentes e, mais tarde e minoritariamente, por imigrantes de origem alemã e italiana – é fortemente marcado pelas rotas de tropeiros” (MENASCHE; KRONE, 2007:3).

O tropeiro, segundo Almeida (1981), é aquele que com alguma tropa carregava gêneros da terra e fazendo suas jornadas de cidade a vila, de povoado a povoado; transportava também cavalos, bois, muares ou até porcos acrescentando a tudo isso a ideia de rebanhos em marcha para feira ou matador. De acordo com Flores (1998), é difícil precisar o significado da palavra tropeiro, pois foi empregado tanto para atividades com animais de cavalgadura como bovinos. Eduardo de Farias, em seu dicionário, edição de 1861, define tropeiro como homem que viaja com cavalgadura de carga. No documento da Real Fazenda do Rio Grande, em 1772, há registros de comboieiro e tropeiro para quem conduz a tropa.

Consoante Almeida (1981), a primitiva acepção da palavra tropa significa rebanho ou multidão, portanto, animais ou humanos, embora a denominação tropa passou a se restringir, com o tempo, no Brasil, aos rebanhos de equinos, muares e asininos. Em resultado, a palavra “tropa”, no sentido de multidão de animais, já existia na Língua Espanhola, e somente pode ser considerado brasileirismo, provindo do castelhano do Sul quando se aplicou a animais cargueiros.

É necessário um ponto de partida para entender a construção histórica da identidade do tropeiro e do povo serrano pensado no âmbito local e na formação do território com formas de viver e trabalhar dos atores sociais, e os conflitos enfrentados entre as etnias. “O tropeiro no século XIX foi o responsável pela transmissão da cultura brasileira em todos os cantos pelos quais passou o que não é poucas coisas dadas às continentais dimensões do nosso país” (ALGATÃO, 2010:7). “Senhores tropeiros! Tão importante como os senhores de engenho e os fazendeiros de café” (ALMEIDA, 1981:46).

“O povo serrano¹⁰ tem uma identidade com o tropeirismo, mas fortemente marcada pela presença açoriana, inclusive nos mangueirões, tão próprios da Ilha Terceira no Arquipélago dos Açores, de onde vieram alguns dos primeiros povoadores” (APPIO, 2009:3), o que se confirmará, mais tarde, no Distrito de Lajeado Grande em São Francisco de Paula com os relatos dos primeiros moradores. A identidade cultural do tropeiro se constata materializada na taipa de pedras¹¹, “técnica utilizada na construção de currais e corredores para trato e deslocamento de gado. Um referente à cultura material representativa da prática do tropeirismo na região” (SILVA, 2009:114). “Quando se fala em tropeirismo é importante ressaltar que não se trata apenas de um sistema socioeconômico, mas também de um sistema cultural que cria e recriam expressões culturais, costumes, tradições e até identidades” (STRAUBE, 2007:90).

“Na construção social da identidade do gaúcho brasileiro há uma referência constante a elementos que evocam um passado glorioso no qual se forjou sua figura, cuja existência seria marcada pela vida em vastos campos” (OLIVEN, 2002:167). Fatos que podem ou não estar apenas no imaginário dos descendentes de tropeiros, mas é capaz influenciar na opção do modelo produtivo extensivo por fazer a identidade cultural. “Ele não contava com o espírito conservador, dos povos dos campos gerais que nasceram no meio da pecuária, que poderiam como gaúchos do pampa, dispensar o café, e até o açúcar, contanto que lhes deixassem o mate” (ALMEIDA, 1981:104).

“O Rio Grande do Sul, situado no extremo do Brasil Meridional, teve, ao contrário de outras regiões brasileiras, o seu território tardiamente ocupado” (BARROSO, 2009:6). Quando Portugal percebe que outras nações avançam as fronteiras do Rio Grande do Sul, acelera o povoamento do estado com o intuito de delimitação de fronteiras.

Já no século XVII, “a mineração nas Minas Gerais exigia um meio de transporte eficaz, fazendo descer, ao sul, mineiros, paulistas, lagunistas e outros para buscarem muares, na área, abundantes” (BARROSO, 2009:6). “De 1730 a 1880, pouco mais ou menos, o Rio Grande do Sul foi o único mercado produtor de

¹⁰ Serrano: “Identifica os moradores de uma região extensa que, depende do autor, abrange, atualmente, os municípios de Cambará do Sul, Jaquirana, Bom Jesus, São José dos Ausentes, São Francisco de Paula, Gramado, Canela e Vacaria” (ALVES, 2007:9).

¹¹ Taipa: muro de pedras justapostas que delimitam pastagens ou propriedades (FLORES, 1998:88).

muas para todo Brasil” (ALMEIDA, 1981:109). Muitos destes tropeiros se fixaram na Serra Gaúcha. “Na região Platina [...] surgiu um tipo de produção de gado em forma extensiva, nos meados do século XVI” (STRAUBE, 2007:66). Conforme Kidder (1980), assim, até fazendeiros proprietários de invernadas tornaram-se possuidores de tropas de mulas cargueiras para realizarem o escoamento de seus produtos até os principais centros consumidores, que, raramente, realizaram a viagem, mas, muitas vezes, contrataram tropeiros profissionais.

Dos Campos de Cima da Serra, os animais – um cargueiro era constituído por cerca de doze mulas arreadas, geralmente cada propriedade rural possuía sua própria tropa – partiam carregados com charque, couro, crinas, pinhão e, especialmente, queijo. De ‘serra abaixo’¹² os tropeiros traziam mantimentos para o abastecimento das famílias, além de tecidos, ferramentas e o que mais fosse necessário (MENASCHE; KRONE, 2007:3).

Era o estilo de tropeada dos Gaúchos Serranos do Distrito de Lajeado Grande que tropearem de serra abaixo em direção a Três Forquilhas e Praia Grande. “Ou seja, a dinâmica econômica do desenvolvimento territorial está fincada na afirmação de recursos territoriais inéditos sobre os quais se promove uma inovação e que estabelecem novas formas de relação com consumidores” (FLORES, 2006: 9). O exemplo desta dinâmica econômica na Serra Gaúcha é a produção do queijo serrano que tem uma delimitação territorial bem definida.

Segundo Flores (1998), havia dois tipos de proprietários das tropas de mulas cargueiras, os grandes fazendeiros e os tropeiros profissionais. As tropas quando de mulas, havia dois tipos: a xucra, adquirida no Sul e conduzida solta, e a tropa arreada ou cerqueira composta de cangalha em que prendia as bruacas¹³, jacás¹⁴ ou canastras¹⁵.

“O tropeirismo é um fenômeno mundial, que aparece na época em que o principal meio para vencer as distâncias era a tração animal” (FLORES, 1998:5). De acordo com Flores (1998), o tropeirismo se deu na época das trilhas para transporte

¹² “Os principais itens trazidos de ‘serra abaixo’ para compor a dieta dos serranos eram: milho, feijão, arroz, farinha de mandioca, farinha de trigo, açúcar e polvilho” (ADÃO MARQUES CARDOSO, 2008).

¹³ Bruacas: Mala de couro cru para transportar louças, alimentos, ferramentas, presas na cangalha do cargueiro. Duas bruacas levavam mais ou menos cinco arrobas ou 75 quilos (FLORES, 1998:84).

¹⁴ Os jacás, também conhecidos como cestos, eram feitos de taquara, cipós ou couro (ADÃO MARQUES CARDOSO, 2008).

¹⁵ Canastra: mala de madeira forrada de couro, com duas alças para prendê-la na cangalha da beta cargueira (FLORES, 1998:85).

da produção dos agricultores para os centros consumidores. Consoante Ribeiro (2006), nesse cenário, que entra o tropeiro ao entregar as primeiras mulas nas Minas Gerais para resolver o problema de transporte da população. Do ponto de vista geográfico, o Brasil dos tempos coloniais ia somente até Laguna, no estado de Santa Catarina. Para frente, eram campos e serras povoados por índios e manadas de gado selvagem, e a civilização só voltaria às margens do rio Uruguai ocupada por espanhóis, território famoso das missões, que seria invadida por bandeirantes paulistas. Neste espaço, que vivia as manadas de mulas há quase um século para atender a demanda das minas de prata de Potosí (na atual Bolívia).

Logo após esta etapa descrita do tropeirismo, com a abertura dos caminhos e depois estradas que cortavam a Serra Gaúcha, este território passa a participar ativamente do desenvolvimento regional e nacional. Muitos imigrantes açorianos¹⁶, como serão descrito no povoamento do Distrito de Lajeado Grande, subiram a Serra e ocuparam estes campos, tornando-se fazendeiros nestas regiões tropeando entre a serra e o litoral ou, até mesmo, para Sorocaba, no Estado de São Paulo.

6.2 O TROPEIRO SERRANO DELIMITANDO CAMINHOS

Conforme Ruschel (1992), no povoamento histórico na região da Serra e do Litoral, desenvolveram-se sociedades, inicialmente, distintas. Na área Planalto Oriental¹⁷, fixaram-se estancieiros de origem paulista, sucessores lógicos dos tropeiros da primeira geração, formando uma economia de base de pecuária no sistema latifundiário. Na planície Costeira¹⁸, a colonização foi agrícola, com elemento humano de procedência açoriana, alemão, italiana e russa. Inicialmente, devido à escarpa da Serra Geral, com paredões de mil metros de altura, a natureza pôs estas duas paisagens como intransponíveis.

A ligação da Serra com o Litoral, em um primeiro momento, deu-se com os índios que atravessaram ao longo dos vales e rios, de plataforma a plataforma, determinaram os primeiros eixos de penetração humana. “O primeiro desses

¹⁶ Açorianos, vindos das Ilhas do Arquipélago dos Açores em Portugal.

¹⁷ “Planalto Oriental, eixo de Bom Jesus – São Francisco de Paula, de altitude oscilante entre 800 e 1.100 metros, onde predominam campos” (RUSCHEL, 1992:129).

¹⁸ “Planície Costeira, de Araranguá a Tramandai, em geral com níveis inferiores a 50 metros de altitude, coberta pela Mata Atlântica” (RUSCHEL, 1992:129).

acessos foi nos vales afluentes do Rio Araranguá. Chamada hoje ‘Serra da Rocinha’ e comunica a cidade catarinense de Turvo a rio-grandense de Bom Jesus” (RUSCHEL, 1992:131). De acordo com Ruschel (1992), o segundo acesso trata-se da “Serra do Faxinal” que liga a cidade catarinense de Praia Grande à cidade gaúcha de Cambará. Mais certo é dizer que esta estrada foi aberta em 1825 pelo comandante do presídio de Torres, Ten. Cel. Francisco De Paula Soares. O terceiro acesso à Serra denomina-se de “Serra do Pinto”, servindo de ligação entre a cidade de Terra de Areia e a localidade serrana de Tainhas. Esta trilha começa a ser percorrida com a implantação da colônia alemã de Três Forquilhas em 1827. Já em 1840, o Gen. Davi Canabarro utilizou-a para chegar ao Planalto Oriental com 1600 homens. O último acesso é o da “Serra do Umbu” no vale superior do Rio Maquiné. Nos nossos dias, a estrada comunica entre si as cidades de Maquiné e de São Francisco de Paula. A abertura desta estrada é bem recente, fins do século XIX, embora venha sendo frequentada desde a Revolução Farroupilha. Estas estradas representavam ligações importantes no relacionamento dos habitantes do Planalto e os da Planície, tanto nas trocas comerciais como na transferência de famílias de baixo para cima e vice-versa.



Figura 11: Foto de 1946, tropeiros serranos em uma parada de descanso.
Fonte: Arquivo pessoal Cardoso (2008).

Segundo Huyereley (2000), foram nestes caminhos que se deu o “tropeirismo” entre a Serra e o Litoral do Rio Grande do Sul. Onde andava o vaqueiro ora repontando a boiada; ora conduzindo tropas de mulas; ora acompanhando cargueiro por meio dos penhascos ou a pé com varas de porco, rebanho de ovelhas ou

bandos de perus. O tropeiro fazia um intercâmbio comercial ou cultural tanto de mercadorias como de hábitos e costumes, de cultura e tradição. A influência do tropeiro entre a Região Serrana e o Litoral manifesta-se, entre outras fontes, no depoimento de pessoas idosas que deram um testemunho de suas experiências. No início da colonização da Região Serrana, devido ao difícil acesso, as mulas foram a única forma de transporte.

Consoante Barroso (1992), a Câmara de Vereadores de Torres, em 1882, e de Santo Antônio da Patrulha, em um relatório, em 1853, manifestam a importância do intercâmbio comercial com a Serra. A colônia de Três Forquilhas era um mercado importante como fornecedor de produtos agrícolas para os Campos de Cima da Serra. Os tropeiros iam ao litoral em temporadas de descanso, e também transportavam e vendiam seus produtos, como charque de gado, queijo ou o pinhão.

Em 2009, participei junto com descendentes de tropeiros e alguns tropeiros, Gaúchos Serranos, das Cidades de Canela e de São Francisco de Paula que refizeram as rotas dos tropeiros, saindo a cavalo da cidade de Canela, passando por São Francisco de Paula, Cambará do Sul e descendo a Serra da Pedra Branca, que está na divisa dos municípios de Cambará do Sul com de Praia Grande, em Santa Catarina. Percurso que leva cinco dias a cavalo. A descida da serra é íngreme, pois, num trajeto de 1.500m, sai-se de 858m de altitude e chega-se ao nível do mar em 2 horas de cavalgada. Esta descida da Serra, embora em precário estado, é utilizado ainda hoje por tropeiros, devido a curta distancia para chegar ao Estado de Santa Catarina. Conforme testemunho de tropeiros que acompanharam esta cavalgada, como Adi Gonçalves da Silva, Odenaor Pacheco dos Reis e Agnel Pacheco dos Reis que, entre outros, vivenciaram muitos dos fatos descritos neste trabalho, esta picada¹⁹ é utilizada como caminho de tropas há mais de 180 anos.

¹⁹ Picada: Atalho, Carrero, trilha de condições precárias para transitar, usada para encurtar distâncias.



Figura 12: Foto de cavaleiros Serranos fazendo a rota dos tropeiros.
1º foto: travessia do Rio Tainhas, 2º foto: início da decida da Serra da Pedra Branca.
Fonte: Arquivo pessoal Cardoso (2009).

7 RESULTADO DA PESQUISA

7.1 CARACTERIZAR O PERFIL DOS DESCENDENTES DE TROPEIROS

Segundo Wagner (2009), no século XIX, ocorre uma aceleração do processo de ocupação do solo brasileiro, marcado por grandes movimentos migratórios. A Revolução Industrial, na Europa, faz com que a mão-de-obra rural migre para os centros urbanos, devido ao modelo econômico que prioriza propriedades maiores com maior tecnologia. Os camponeses são expulsos ou induzidos a deixar o campo, o que provoca a transferência maciça para a cidade. A indústria não absorveu a mão-de-obra, o que provoca pobreza e aumento da desigualdade social.

Porém, em entrevista de Cardoso (2011), por meio de suas pesquisas, relata a chegada de um dos primeiros moradores do Distrito, na região dos Campos de Cima da Serra, Laurindo Inácio Cardoso, que se casou com Carlota Cândida dos Reis, em 21 junho de 1873, em São Francisco de Paula. Carlota Cândida dos Reis nasceu em 1 fevereiro de 1849, em Santo Antônio da Patrulha, e foi batizada em 16 agosto de 1849, em Santo Antônio da Patrulha. Os bisavós de Laurindo e Carlota vieram da Ilha Terceira, do arquipélago dos Açores. Fatos que confirmam a chegada destes imigrantes nos Campos de Cima da Serra no século XVIII.

Este contexto foi o principal responsável pelo processo de imigração de um número significativo de pessoas da Europa para o Brasil. Esse período da história é importante para entender as experiências históricas de uma determinada sociedade, que trazem consigo laços de suas historicidades que explicam as formas de organização e manifestação nessa nova sociedade, ou seja, uma atitude de resistência não acontece no presente do nada e por nada, ela está sempre ligada a algum momento do passado e com conexões no futuro. A resistência esta entre os principais motivos que levaram essas pessoas a sair da Europa e vir para a América. “Resistência” é no sentido de manutenção e preservação de modos de vida camponês. Para o RS, foram priorizados imigrantes que conheciam o trabalho na agricultura, pois se acreditava que eles se adaptariam melhor as condições que seriam apresentadas a eles nas colônias gaúchas. Foi este imigrante com estas características que povoaram o Distrito de Lajeado Grande, fato confirmado com o entrevistado 5, no relato: “meu avô, veio pra esta região gurizão a pé, chegou

começou a se empregar nas fazendas, fazendo cerca e capinando lavouras e conseguiu adquirir terras” (Entrevista 5, 2011).

Quando perguntado sobre qual sua origem, 8 entrevistados disseram ter avôs paternos e maternos de origem portuguesa, 1 respondeu que tem avôs portugueses e alemães, e 1 respondeu, avôs portugueses e italianos. Como pode ser observado na fala do entrevistado 5: “Meus bisavós por parte de pai vieram da Itália, pra Caxias, a minha mãe e a minha vó venho da Praia Grande” (Entrevista 5, 2011).

Nas entrevistas realizadas, 6 entrevistados declararam espontaneamente o lugar ou localidade de onde vieram seus antepassados:

Sou de origem Portuguesa com avô materno de sobrenome Quadros, de procedência da Lagoa dos Quadros (litoral) e paterna das Casinhas²⁰ (Entrevista 3, 2011). Sou de origem Portuguesa, o meu pai veio da Praia Grande Santa Catarina da localidade de Pedra Branca (Entrevistado 4, 2011) A minha mãe e a minha vó vieram da Praia Grande, o pai da minha mãe era português ou Português com Italiano. (Entrevista 5, 2011). Portugueses, que vieram de Laguna para os campos da cima da Serra e se dedicariam à pecuária (Entrevista 7, 2011). Origem Portuguesa e vieram do litoral do RS (Entrevista 9, 2011).

Estes imigrantes têm características de agricultores, pois “quanto à planície litorânea, a colonização foi agrícola, com elemento humano de procedência açoriana, alemã, italiana e russa” (RUSCHEL, 1992:130). Estes açorianos que, após virem para o litoral do Rio Grande do Sul, subiram a Serra Gaúcha. Ruschel (1992), quando fala das estradas entre a serra e o litoral do Rio Grande Sul, diz que as ligações são importantes no relacionamento dos habitantes do Planalto e os da Planície, tanto nas trocas comerciais como na transferência de famílias de baixo para cima e vice-versa, confirmando este troca de habitante de localidade para localidade.

De acordo com Oliveira (2010), ao buscar a origem da família em tal localidade, como e por que se estabeleceram na região, quais as especificidades genealógicas do pai e da mãe. É a partir dessas informações que se pode compreender a relação que estabeleceram com o território e com o patrimônio familiar.

O tropeirismo entre a Serra e o Litoral do Rio Grande do Sul se deu, consoante Huyerely (2000), com aquele vaqueiro ora repontando a boiada; ora

²⁰ Cassinhas: “Localidade do município de São Francisco de Paula” (ADÃO MARQUES CARDOSO 2008).

conduzindo tropas de mulas; ora acompanhando cargueiro por meio dos penhascos ou a pé com varas de porco, rebanho de ovelhas ou bandos de perus. O tropeiro que fazia um intercâmbio comercial ou cultural tanto de mercadorias como de hábitos e costumes, de cultura e tradição.

A influência do tropeiro entre a Região Serrana e o Litoral manifesta-se em fontes bibliográficas e no depoimento de pessoas com testemunho de suas experiências. As rotas dos tropeiros ainda está viva na memória destes habitantes do local, gaúchos que conservam estas tradições. Falam no tropeiro como viajantes encarregados de fazerem a transição de alimentos e materiais de necessidades básicas de uma região para outra, sendo transportados com cavalos ou em mulas.

Nas entrevistadas, quando perguntado o que entendem por descendente de tropeiro e se se consideram descendentes, confirmaram sua descendência e relatam experiências próprias de tropeirismo, consideram-se tropeiros, contando com orgulho a história de vida sua, de seus pais e avôs, confirmando que “o povoamento dessa região [...] é fortemente marcado pelas rotas de tropeiros” (MENASCHE; KRONE, 2007:3). Nos depoimentos, confirma-se o que é ser tropeiro e como era o estilo de tropeada dos moradores do Distrito de Lajeado Grande, serra abaixo, em direção Três forquilhas, Praia Grande e Taquara:

Descendente de tropeiro é filho ou neto de quem foi tropeiro, mas eu que já fiz tropeada, não como a daqueles que levavam gado e mulas para São Paulo, mas levava em mulas arreadas, charque, queijo e pinhão para Osório onde cambiava²¹ por açúcar, branco e amarelo, arroz, farinha e trigo basicamente. Para consumo da casa ficava com açúcar amarelo, que era mais barato, o branco cambiava com vizinhos (Entrevistado 1, 2011). Eu sou filho e descendente de tropeiro, eu me considero tropeiro, eu fiz tropeada, levava pelego para tingi ou vende, couro e trazia de tudo um pouco, açúcar mascavo, cachaça, o serrano precisava e era muito mais barato mantimentos na Praia Grande (Entrevista 2, 2011). O meu avô, o tio avô, o meu pai faziam tropeada de mula do Rio Grande para São Paulo. O meu pai falava e fez tropeada de mula para Três Forquilhas e São Paulo e tropeou porco a pé de Cambará para Sander. Eu fiz tropeada de gado (Entrevista 3, 2011).

Com estas mercadorias trazidas, estabeleciam-se formas de comércio também em diversas localidades do município. Como pode ser observado na fala do entrevistado 5: “Meu pai fez tropeada, ele vendeu charque ou trocava por açúcar

²¹ Cambiava: Trocar, permutar.

amarelo, morava na passagem de um corredor, ligação de quem vinha de Caxias de Bom Jesus para São Francisco e descer a Serra” (Entrevista 5, 2011).

Os 10 entrevistados se consideram descendentes de tropeiros e entendem como descendente de tropeiro aquele que é filho ou neto de tropeiro. Assim se forma:

(...) a comunidade local, diretamente envolvida no processo de construção do passado relacionado ao tropeirismo, a História transforma o sentimento do grupo em si e de seu papel como agente sociocultural, inclusive no contexto regional (SILVA, 2009: 40).

As tropeadas para o litoral eram feitas tanto pelos próprios estancieiros como por tropeiros contratados. Nas entrevistas, foi comum relatarem que tropeavam bovinos, no princípio do inverno, levados para regiões mais quentes ou regiões de serra com mato fechado para passarem o período de inverno. Estas tropeadas constantes fizeram com que, tanto os estancieiros como os campeiros da região, se identificassem como “tropeiros” por levarem tropas tanto para o litoral como para regiões de serra e alguns para Sorocaba.

A ocupação do solo brasileiro é marcada por movimentos migratórios, que são reflexo da Revolução Industrial, na Europa, que expulsou seus agricultores do campo, provocando a transferência maciça para a cidade. Foram estes imigrantes que se estabeleceram no Rio Grande do Sul na planície litorânea, onde ocorreu uma colonização prioritariamente agrícola, com elemento humano de procedência açoriana, alemã, italiana e russa. As trocas comerciais entre a Serra e o Litoral do Rio Grande do Sul favoreceram a transferência de famílias, facilitadas pelo tropeirismo que fazia um intercâmbio comercial, cultural, de hábitos e costumes, de cultura e tradição. É este imigrante europeu, de origem rural, que são encontrados no Distrito de Lajeado Grande, demonstradas em todos os 10 dos entrevistados, que se consideram descendente de tropeiros. Formando uma “resistência”, na preservação de modos de vida camponesa, incorporam o tropeirismo como solução para transporte e passam a se identificar como tropeiros, e seu descendentes, da mesma forma, também se identificam, associando-se à reprodução da identidade.

Ao buscar a origem da família em relação à localidade, como e por que se estabeleceram na região, especificidades genealógicas do pai e da mãe, pode-se

compreender a relação que estabeleceram com o território e com o patrimônio familiar.

7.2 CARACTERIZAÇÕES DO MANEJO PRODUTIVO UTILIZADO PELOS DESCENDENTES DE TROPEIROS

Como forma de entender o conjunto de fatores que envolvem o Distrito, conforme Giasson e Merten (2009), em uma análise regional das formas de acesso à terra e de evolução das técnicas, esses são importantes para uma abordagem sistêmica do contexto rural.

No arranjo de acesso à terra, 7 dos entrevistados responderam que foi por herança, e 3 parte herança e parte compra. Como pode ser observado na fala dos entrevistados 3-4-5-7-8-9-10: “Foi herança do meu pai” (Entrevistas 3-4-5-7-8-9-10, 2011). Em 3 entrevistas, responderam: “herança do meu pai e compra de alguns pedaços” (Entrevistas 1-2- 6, 2011). Os proprietários rurais que adquiriram terras por compra, em geral, foram realizadas há mais de 15 anos. A transferência de terra do modo como acontece demonstra que eles as têm como patrimônio, passando de geração para geração.

Em relação às orientações que tiveram para trabalhar no campo, falam com orgulho que foi:

Pelo exemplo dos mais velhos e pelo que eles nos ensinavam (Entrevista 1, 2011). Meu Pai me ensinou a fazer tudo, me aconselhou a proceder sempre bem e recomendando os tios pedindo pra olha por mim e queria que estudasse, me ensina a negociar (Entrevista 2, 2011). Praticamente familiar, com o pai depois com o sogro não podendo desprezar o vizinho que dava algumas orientações (Entrevista 3, 2011). Com meu tio, sempre com ele (Entrevista 4, 2011). Algum conhecimento foi mexendo com pecuária, herança da família. Nunca saindo fora disso (Entrevista 5, 2011).

Repetiram-se as mesmas respostas nas falas de 5 entrevistados: “aprendi com os meus pais ou com os mais antigos e na prática” (Entrevista 6-7-8-9-10, 2011), demonstrando a tradição, herdada em seus usos e costumes, como herança cultural que vai ser manifestada na forma do modelo produtivo que, segundo Carneiro e Maluf (1998), apud Wagner (2009), são necessários considerar o conjunto de valores que orientam e dão sentido às práticas sociais no interior da família.

Ou conforme Sommer e Saldanha (2010), é uma região que produz historicamente a construção da identidade territorial, está ligada ao relacionamento das sociedades com o seu meio natural, sendo ele o sustentáculo para a reprodução dos indivíduos e dos grupos. Esse relacionamento imprime características de usos e manejos, a partir do desenvolvimento de técnicas e instrumentos aplicáveis ao meio natural, e de relações afetivas na apropriação deste espaço geográfico.

É preciso entender, conforme Woortmann (1997), apud Wagner (2009), a reprodução social da família camponesa está alicerçada em noções de hierarquia e gênero que irão refletir diretamente na organização do trabalho e na divisão das tarefas tanto agrícolas como não agrícolas. Esse grupo então está organizado e inserido numa relação de parentela e vizinhança, sobre a qual pesam laços de solidariedade e ajuda mútua.

Sobre o sistema de produção que empregam, 9 entrevistados responderam que utilizam “sistema de pecuária extensiva” (Entrevistados 2-3-4-5-6-7-8-9-10, 2011), e um entrevistado respondeu que utiliza o “sistema de pecuária semi-extensivo” (Entrevistado 1, 2011). Comparando com “o Rio Grande do Sul, aproximadamente 70% da pecuária de corte desenvolvem-se sobre pastagens de campos naturais” (IBGE, 2010:87). Isso leva a pensar que “encontra-se hoje no Rio Grande do Sul sistema de produção de bovinos de corte que pouco difere daquele praticado pelos jesuítas ainda no século XVII, um quase extrativismo daquilo que a natureza oferece” (NETTO, 2009:389). Embora tenha cercas dividindo os campos, genética aprimorada, transporte dos animais por caminhão, alguns criadores ainda utilizam quase que extrativismo na sua criação.

Alguns agricultores demonstraram vontade de adotar outras técnicas de produção, porém foram aconselhados por parentes ou vizinhos a não fazer:

Sempre trabalhei com pecuária, orientado por leitura ex: compêndio veterinário foi um dos primeiros a fazer banheiro de imersão. Tentei fazer biodigestor (1943) dava um adubo bom, detalhes da técnica. Os tios, os vizinhos quando se fazia algo novo diziam que ia quebra, não era pra inventa moda (Entrevista 2, 2011).

O resultado, de acordo com Woortmann (1997), apud Wagner (2009), da organização dessas famílias no seu espaço produtivo está de acordo com laços históricos e culturais. Como foi respondido na entrevista 7, os produtores rurais são

conscientes que “Pecuária extensiva é para manter o gado e alguma coisa para manter a família, é de subsistência” (Entrevistado 7, 2011).

O entrevistado 9 respondeu: “com os passar dos tempos estamos implantando lavouras de inverno e verão, estamos começando implantar melhoramento de campo nativo, na metade da área foi implantado a Silvicultura” (Entrevistado 9, 2011).

Quando perguntado o que os levou a optar por este sistema produtivo, tradicional de criação de gado, 8 responderam por herança, aprendizado ou continuação do sistema antes utilizado (Entrevistas 2-3-4-5-7-8-10). Um entrevistado ou aquele que utiliza sistema semiextensivo, respondeu “por ser uma prática que tem maior rentabilidade (Entrevista 1, 2011). Outro entrevistado, ou aquele que está diversificando a produção, respondeu: “por motivo de herança e pela proibição das queimadas estou diversificando a produção (Entrevistado 9, 2011).

É comum os entrevistados dizerem: “é uma continuação do sistema extensivo de criação que era orientação dos pais dos irmãos” herdado dos antepassados, forma que eles criavam o gado nos campos, herança, aprendizado. Costumes adquiridos “na construção social da identidade do gaúcho brasileiro há uma referência constante a elementos que evocam um passado glorioso no qual se forjou sua figura, cuja existência seria marcada pela vida em vastos campos” (OLIVEN, 2002: 167). Fatos que, consoante Almeida (1981), podem ou não estar apenas no imaginário dos descendentes de tropeiros, mas é capaz influenciar na opção do modelo produtivo extensivo por fazer parte da identidade cultural, pois contam com o espírito conservador dos povos dos campos gerais que nasceram no meio da pecuária.

Ocorrendo, então, na região da pesquisa, o que, conforme Markusen (1987), apud Haesbaert (2005), definiu como sociedade territorial contínua historicamente produzida, que possui um ambiente físico, socioeconômico, político e cultural distinto de outras regiões.

Esta tendência regional que é constatada na utilização do modelo produtivo é, segundo Wagner (2009), combinações de diferentes estratégias adotadas por eles para o uso específico da terra, fortemente vinculadas aos objetivos da família quanto à atividade econômica, às relações sociais e a sua inserção na sociedade. São

estratégias da família em relação à construção e manutenção do patrimônio fundiário (terra).

Práticas produtivas utilizadas pela família que está vinculada, então, a essa transmissão do saber fazer que vai sendo repassada, “(...) é, no entanto, necessário relembrar as origens da bovinocultura de corte gaúcha, pois as características contemporâneas desta exploração são ainda grandemente determinadas pelo começo e trajetória da história” (NETTO, 2009:380).

Estas características remanescentes na memória, na tradição, ainda hoje determinam o modo de ser dos bovinocultores de corte do Rio Grande do Sul, que por vezes vêm a si mesmos como herdeiros e prolongadores daquele passado (NETTO, 2009:381).

O que confirma um modelo produtivo adotado que é influenciado, de acordo com Sommer e Saldanha (2010), nos Campos de Cima da Serra, pela identidade territorial que está alicerçada na pecuária extensiva construída a partir da utilização dos campos nativos para a criação de gado e pouca produção agrícola.

Ao verificar como ocorreu o arranjo de acesso à terra, foi revelado que todos receberam áreas por herança, passando de geração para geração. Demonstrando, assim, uma tradição passada, seja da terra, ou em seus usos e costumes, como herança cultural que também se manifesta na forma do modelo produtivo do sistema extensivo, que formam um conjunto de valores que orientam e dão sentido às práticas sociais que são um sustentáculo para a reprodução dos indivíduos e dos grupos.

São conscientes de que pecuária extensiva é de subsistência. Formam uma sociedade territorial alicerçada na pecuária extensiva construída a partir da utilização dos campos nativos.

7.3 DEMONSTRAR OS EFEITOS CONFLITANTES, ENTRE OS DIFERENTES MODELOS PRODUTIVOS EM USO NA ÁREA

Ao serem perguntado sobre o que acham da produção de silvicultura, hortifruti, cultivo de batata e alho, 9 entrevistados responderam que “polui muito, é muito veneno, que eles não se preocupam com a natureza” (Entrevistas 2-3-4-5-6-7-8-9-10, 2011). Um entrevistado respondeu que “é importante o consórcio lavoura e pecuária” (Entrevista 1, 2011)

Falam que estes modelos produtivos silvicultura, hortifrutigranjeiros, cultivo de batata e alho não respeitam as APPs²², como pode ser observado na fala do entrevistado 2: “meu pai não queria que judiasse da natureza, contra a caçada, estas culturas poluem, eles não se preocupam com a natureza os arroios, banhados e os matos” (Entrevistado 2, 2011).

Ou outro entrevistado fala que não aceitam este modelo produtivo, pois “não é do meu gosto, muda muito o sistema da terra, nosso sistema serrano, muito produto químico, o Pinos não é nosso Serrano, e a batata ou estas outras coisas é muito veneno na terra” (Entrevistado 3, 2011). Falam desta condição de modelos produtivos diferentes dos que eles adotam como não sendo adaptáveis aos Campos de Cima da Serra ou à região Serrana, usando o termo “não é do meu gosto”, demonstrando, desta forma, que a “identidade é evocada sempre que um grupo reivindica para si o espaço político da diferença” (SILVA, 2008:10).

Consoante Giasson e Merten (2009), ao observar diversas formas de exploração e de manejo do meio ambiente, e sobre as práticas agrícolas e questionar-se sobre as razões históricas dessas diferenças, ocorre o pretexto confirmado na vocação herdada de agricultores, como pode ser observado na fala do entrevistado 4: “ficamos agarrados na pecuária. Hoje podia estar bem de vida, mas é o conceito conservador, não vamos envenenar a terra”. (Entrevistado 4, 2011)

A reclamação por parte dos entrevistados do desaparecimento de algumas espécies de animais do ecossistema, dizendo que, depois que os vizinhos venderam as terras, os proprietários atuais passaram a cultivar hortifrutigranjeiros e macieiras muitos animais desapareceram, e cita o besouro cascudo, lambari e outras espécies. Como observado na fala do entrevistado 4: “Esse pessoal que mexe com pomar de macieira, todo dia passa veneno, quando almoço não posso nem abri minha janela sente o cheiro do veneno” (Entrevistado 4, 2011). Argumenta que não adianta ele preservar sua área se o vizinho polui toda região. “Eu não enveneno, mas os outros? Sempre vamos precisamos da terra, preservo minhas fontes de água, já analisei é pura, até quando não sei? A água é para beber” (Entrevista 4, 2011). A preocupação com a contaminação dos químicos e o avanço de áreas com silvicultura não é somente dos agricultores:

²² APPs: As áreas de preservação permanente. Foram definidas pelo Código Florestal Brasileiro áreas consideradas como reservas ecológicas.

(...) ocorrem outros sérios problemas ambientais na região, como o avanço das plantações de Pinus, de alho e de batata. As culturas de alho e batata têm um limite bem estabelecido já que somente 5 ou 6% das áreas do município são passíveis de mecanização. No entanto, revestem-se de risco na medida em que são culturas altamente demandadoras de insumos químicos, cultivadas com uma grande mobilização e desestruturação do solo (MESSIAS, 2002: 2).

Existe, na região, uma proximidade de diferentes modelos produtivos, o de pecuária no sistema extensivo, e “não muito distante localiza-se propriedades usuárias das tecnologias consideradas as mais modernas, dirigidas sob critérios empresariais, visando à maximização dos resultados econômicos como qualquer empresa capitalista contemporânea” (NETTO, 2009:389). Confirmando-se, como já colocado anteriormente, a região “com histórico de produção mais recente, o terceiro pólo produtor de batata concentra-se nos Campos de Cima da Serra, notadamente nos municípios de São José dos Ausentes, São Francisco de Paula e Bom Jesus” (IBGE, 2010:66).

Com isso, ocorrem impactos ambientais que poderiam ser tratados com seu tempo na área de abrangência e em uma determinada comunidade, como a dos descendentes dos tropeiros, os quais são complexos, pois têm aspectos, ao mesmo tempo, socioculturais e com implicações econômicas. Demonstra-se como as diferentes culturas e interesses econômicos produzem diferentes consequências ao ambiente. As formas como o homem vai se relacionar com o meio ambiente está de acordo com a sua percepção ideológica e interesse econômico. As comunidades locais de descendentes de tropeiros têm uma estreita relação de uso e dependência da natureza, embora ocorram diferentes graus de interferência, portam-se e têm a terra para transmitir para seus herdeiros, não aceitando alguns modelos produtivos, porque “essas atividades são lucrativas, mas poluidoras, tanto do solo e água, com aplicação de adubos e defensivos químicos, como também modificadoras das paisagens dos campos” (Entrevistado 9, 2011).

A comunidade tradicional dos descendentes dos tropeiros está vulnerável a manipulações, sejam econômicas sejam sociais e de risco ambiental, pois o modelo produtivo por eles adotado de pecuária no sistema extensivo depende de áreas preservadas para produzir, como estas estão cada vez mais escassas, eles se confinam em espaços menores, marginalizando-se socialmente, pois são tidos como fracassados economicamente no seu negócio. “O foco nos grupos sociais invariavelmente levanta o tema das práticas ambientais em conflito de tal forma que

a análise dos chamados conflitos socioambientais se tornou um elemento central da ecologia política” (LITTLE, 2006:88). O agravante é que “a baixa rentabilidade atual da pecuária e a aptidão da região para o reflorestamento poderá contribuir para a exclusão de um grande número de pecuaristas” (MESSIAS, 2002:2).

Conforme Oliveira (2010), a diferença significativa entre os vizinhos nos modelos produtivos. Esse aspecto é importante no sentido de apontar para a diversidade ou homogeneidade dos formatos produtivos e dar indicações a respeito de quais elementos atua nesse processo. Especialmente entre os agricultores historicamente habituados a esse convívio direto com a natureza, é recorrente o comentário sobre o desaparecimento de aves, peixes, insetos, plantas, etc.

Segundo Almeida (1981), ao organizar o espaço da Unidade de Produção Agrícola – UPA, a família organiza o ecossistema como um fluxo de energia partindo da premissa de que as partes se articulam entre si, e essa organização corresponde a um padrão camponês de reprodução social e de percepção do ambiente. Essa organização é resultado de um saber pelos quais e com os quais o homem interage com a natureza.

Este padrão camponês e de reprodução social e interação com a natureza vem sendo ameaçada, pois:

(...), a bovinocultura de corte vem sendo pressionada, desde sua origem, por fatores de várias naturezas. Desde sua instalação neste território, tem perdido terras para as atividades de lavoura, urbanização, estradas, etc. Mais recentemente, novas exigências ambientais e a disputa pelas terras com a introdução de lavouras de árvores exóticas (silvicultura), como pinus e eucalipto, levaram ao acirramento deste embate (NETTO, 2009:380).

Há de se considerar uma abordagem “sistêmica” dos problemas ambientais, com um estilo de resolução consensual dos conflitos com resultados consistentes. A procura e de uma reforma ampla tanto cultural como moral para que a sociedade seja mais justa, não preconceituosa com determinados indivíduos e que estes indivíduos que se por vezes considerados impotentes possam acreditar que são capazes de mudar a ordem das coisas ou:

(...) a sobrevivência da bovinocultura de corte como atividade econômica, que por séculos reinou na ocupação dos campos gaúchos, está ameaçada. Os resultados obtidos não garantem sua reprodução econômica nos termos convencionalmente utilizados para tal e, sempre que as condições naturais permitirem, não resistirá à concorrência com as lavouras. Sua perenidade

se explica por um comportamento que poderia ser caracterizado como pré-capitalista por parte dos produtores que não fazem cálculos econômicos (NETTO, 2009:387).

Esta preocupação dos moradores tradicionais do Distrito de Lajeado Grande, em relação às diferentes formas de sistema de produção adotadas, fica evidente quando perguntado, qual sua opinião se o seu vizinho adotasse essas formas de produzir? Silvicultura, hortifrutigranjeiros, cultivo de batata e alho, 9 entrevistados demonstraram preocupação “com a contaminação com químico” (Entrevistados 1-2-3-4-5-6-8-9-10, 2011), e 1 entrevistado acha que “a região não é propícia para estas culturas” (Entrevistado 7, 2011). Aqueles que os vizinhos não utilizam estes modelos produtivos demonstram alívio e dizem é “muito veneno” (Entrevista 4, 2011). Um dos entrevistados deixa um recado e diz que “alguém tá se preocupando com isso – veneno – tem que preservar, falam tanto na queima, tem coisa pior, os defensivos, o produtor precisa de ajuda” (Entrevista 5, 2011). Nos depoimentos, repetem-se as preocupações da contaminação com os defensivos químicos, como na fala do entrevistado 9: “Tenho que aceitar, mas fico preocupado com a poluição dos químicos no solo e água, na verdade – os vizinhos cultivam alho, usam esterco de aviário – deixando um forte cheiro de amônia” (Entrevistado 9, 2011). Assim, resultam em uma área de conflito socioambiental.

Uma análise deve ser feita, pois “é fundamental compreender quais são os atores envolvidos em cada conflito, e como eles se comportam para entender os próprios conflitos” (NASCIMENTO, 2001:95). No caso específico aqui estudado, demonstra-se que é real que o cultivo da batata, alho e hortifrutigranjeiros, e que causa erosão do solo e a contaminação dos recursos hídricos. O plantio de Pinus da forma que se estabelece provoca grande impacto socioambiental e descaracteriza a paisagem, e a maioria dos investidores destas atividades é de fora do município.

Particularmente nos campos do planalto Sul-Brasileiro áreas que antes eram utilizadas com pecuária foram transformadas em plantações de pinus sp. de grandes extensões. Uma vez que o retorno econômico é maior com essas plantações do que com a pecuária, as áreas plantadas com pinus estão aumentando rapidamente a cada ano (OVERBECK et al., 2009:35).

Ao descrever o conflito, significa: “constatar todas as ocorrências objetivas passíveis de investigação, relativas ao conflito investigado” (SILVA, 2011:4), com finalidade de uma consciência posicional do conflito, para, num futuro, após reflexão,

“às partes que desenvolvem uma consciência reflexiva crítica numa relação com o conflito ambiental, e o próprio conflito ambiental.” (SILVA, 2011:5). E, com o levantamento das causas do conflito, ou, no mínimo, insatisfação, entre investidores e comunidade tradicional, promover intervenções para corrigir os impactos.

A produção dos conflitos ambientais tem que ser resolvido pela sua descrição que se dá nos meios coletivos com significados sociais e históricos. Tanto os moradores tradicionais, os descendentes dos tropeiros, como os investidores de fora do município são parte de grupos sociais que constroem uma História que deve ser respeitada. A mediação do conflito socioambiental aqui proposta é entre grupos sociais que utilizam diferentes maneiras de relação com a natureza na forma produtiva, os moradores tradicionais com a bovinocultura no modelo de produção no sistema extensivo e investidores de fora do município, com as monoculturas. “Dessa forma, a etnografia dos conflitos sociais se insere plenamente no paradigma ecológico: tem foco nas relações; usa uma metodologia processual; e contextualiza o conhecimento produzido” (LITTLE, 2006:92), podendo a etnografia ser utilizada como instrumento para colaborar na solução dos conflitos.

“Os conflitos têm história, não é possível compreendê-los tomando em conta apenas a configuração presente da ação coletiva” (ALONSO; COSTA, 2000:9). É necessário entender a história agrária e como se desenvolveu o local onde se situam os moradores tradicionais, assim como a história, a origem dos chegados de outras regiões para se estabelecer nestas áreas. Pode ser a dimensão cultural uma responsável pela problemática ambiental, embora com certo exagero Rabinow (1992), apud Little (2006), argumenta que estamos entrando na época da biossocialidade, na qual a natureza se tornará artificial enquanto a cultura se tornará natural.

A discriminação cultural ambiental e as injustiças sociais e ambientais recaem sobre grupos étnicos²³ mais vulneráveis, no caso, os moradores tradicionais descendentes dos tropeiros. Ocorrendo, em muitos casos, expropriação que se dá de forma relativamente pacífica, pois os moradores tradicionais são convencidos da venda ou arrendamento das suas propriedades por inviabilidade econômica do seu negócio.

²³ Grupo étnico aqui aceito como um grupo de pessoas que se identificam umas com as outras, ou são identificadas, baseado em semelhanças culturais e/ou biológicas.

A contaminação com químicos e desrespeito a áreas de reserva legal e de preservação permanente é uma forma de injustiça ambiental com as comunidades tradicionais, pois estes são antigos habitantes destas áreas e a tem a terra como patrimônio, conservando-a, e estas transformações lhes afeta, pois destrói tudo que sempre preservaram.

Há de se considerar que o “papel da omissão das políticas públicas favorecendo a ação perversa do mercado” (ACSELRAD, 2002:9). A injustiça ambiental é quando “coloca-se em jogo a legitimidade do modo de distribuição do poder sobre os recursos ambientais” (ACSELRAD, 2002:10). Ou seja, o poder econômico (investidores) conquista uma área territorial maior, possuindo um mando diferenciado dos recursos naturais em relação às comunidades tradicionais (os descendentes dos tropeiros) menos favorecidas.

A região citada se apresenta pouco organizada politicamente, sendo necessária, para contribuir para uma possível justiça ambiental, uma resistência maior dos atores sociais envolvidos. Para uma melhor compreensão, é necessário entender que:

Por ‘Justiça Ambiental’ entenda-se o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas. Complementarmente, entendem-se por ‘Injustiça Ambiental’ o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis (HERCULANO, 2006:2).

A redemocratização tem o dever moral de mudar esta situação, pensando no construtivismo, como o conhecimento não está nem no indivíduo nem no objeto, mas sim na interação entre eles. “Estas grandes dimensões permitem conciliar numa mesma análise os componentes histórico-estruturais, políticos e culturais de uma questão ambiental” (ALONSO; COSTA, 2000:12).

Enquanto não existe uma solução metodológica definitiva, os esforços deste trabalho devem ser considerados como uma aproximação metodológica para estudos de desigualdade social e justiça ambiental. [...] contribuindo assim para o fortalecimento do movimento pela justiça ambiental, [...] como suporte complementar para os argumentos teóricos dissertados na literatura referente às desigualdades ambientais, vulnerabilidades socioambientais, e (in)justiças ambientais (CARTIER et al., 2009:8).

Verifica-se, no Distrito de Lajeado Grande, a falta de acesso à educação adequada, lazer e saúde para os moradores locais que, por si só, é um agravante que intensifica as desigualdades, tornando estes grupos vulneráveis a riscos. Para as comunidades tradicionais aqui analisadas, a situação é que se localizam em uma área que são a base de sua própria sobrevivência, material, cultural.

De acordo com Sommer e Saldanha (2010), nos últimos vinte anos, houve uma acentuada alteração na paisagem natural dos Campos de Cima da Serra. A substituição da sua cobertura vegetal nativa por projetos de silvicultura de espécies exóticas, expansão de áreas agrícolas, principalmente voltadas à produção de grãos e fruticultura, indica um processo de modificação nos usos tradicionais do solo, com implicações socioambientais e culturais importantes que se expressam em sua paisagem. Os dados levantados a partir do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) mostram o perfil econômico da região dos Campos de Cima da Serra e indicam a estagnação das atividades relacionadas à pecuária, em que se observa um declínio no número de cabeças dos rebanhos bovinos, ovinos e suínos. A atividade agrícola, manifestada pelas lavouras temporárias e permanentes em todos os municípios da região Serrana, também corrobora com os indicadores de diminuição da pecuária como principal atividade econômica.

Neste capítulo, fica evidente o conflito, ou, no mínimo, um descontentamento, um entrave, entre produtores rurais que adotam o sistema extensivo de criação de bovinos, e produtores rurais que investem em florestas exóticas e outros monocultivos, que, consoante Bristot (2001), é causado pelo uso intensivo de fertilizantes inorgânicos e de agrotóxicos que estão causando uma série de contaminações nos banhados, em arroios e rios, além de provocar erosão nas encostas.

As florestas exóticas descaracterizam a paisagem e causam impacto no meio ambiente. Estes diferentes modelos produtivos provocam um conflito socioambiental, sendo necessária uma mediação destes grupos sociais que utilizam diferentes maneiras de relação com a natureza na forma produtiva, os moradores tradicionais, com a bovinocultura no modelo de produção de sistema extensivo, e investidores de fora do município, com produção baseada em monocultoras.

7.4 COMPREENDER QUAL O IMPACTO DA PROIBIÇÃO DAS QUEIMADAS

Segundo. Hoffman (1999), Govender et al. (2006), apud Guadagnin et al. (2009), o fogo é outra perturbação que influencia da maneira direta a invasibilidade dos campos naturais. As gramíneas dominantes têm a capacidade de brotar vigorosamente após um incêndio, habilidades que lhes permitem recuperar terrenos sobre áreas invadidas por árvores ou arbustos.

Ao ser perguntado aos entrevistados qual sua opinião sobre a proibição das queimadas, em comum, apresenta-se o confronto entre os produtores com órgão de fiscalização. Os produtores rurais pedem respeito e dizem que não podem ser tratados como criminosos, pelo contrário, deveriam ser valorizados como preservacionistas que protegem suas áreas. Preocupação que se confirma na fala do entrevistado 2: “Se for possível, se tiver um jeito de não queimar, melhor pra todos. Tem que ter um jeito de criar e renovar a pastagem” (Entrevista 2, 2011).

Ou como na resposta do entrevistado 1: “Por causa da proibição da queimada, o pecuarista buscou a parceria do agricultor, abertura de lavouras, como alternativa na produção. Apesar de saber que a lavoura é mais prejudicial e poluente da natureza que a própria queimada” (Entrevista 1, 2011).

Eu não sei até quando faz mal, agora é muito prejudicial pra nós, não queima, o sistema de manejo pra nós é muito difícil, os morros onde não dá pra rosa, a carqueja a vassoura avança, a Maria Mol inça muito, e o gado não pega a macega velha, pra roça tem as pedras os morros, acho que não rosa 40% da área (Entrevista 3, 2011).

De acordo com Giasson e Merten (2009), é a proporção de pedras soltas e afloramentos rochosos que ocorrem no perfil ou na superfície do terreno que pode ser avaliada quanto à dificuldade que impõe à execução das práticas agrícolas, levando-se em conta, inclusive, a experiência dos agricultores da região, em termos de uso da moto mecanização ou de tração animal, a complexidade do terreno referente à irregularidade natural do terreno em termos topográficos que podem restringir ou impedir as práticas agrícolas. Consoante Messias (2002), somente 5 ou 6% das áreas do município de São Francisco de Paula são passíveis de mecanização. Confirmando-se esta situação no relato do entrevistado 7: “Acho que a queima prejudica, mas quem não tem outra maneira, talvez meio termo, dificuldade é pelo relevo acidentado ou não tem recadeira” (Entrevista 7, 2011).

São declarações tanto de profissionais ligados ao meio rural quanto dos próprios agricultores, colocando a irregularidade do terreno e o afloramento de rochas como um limitante para formação de pastagens cultivadas. E demonstram preocupação com a proibição das queimadas dos campos, como na fala do entrevistado 4: “Eu acho horrível, sem queimar, a gente não vive, só quem planta pasto. Parece que este ano vão liberar com umas regras, não pode queima perto dos arroios. Tem que tirar licença. Nunca vi queima uma restinga, uma árvore só a macega” (Entrevista 4, 2011).

Consoante Appio (2007), a queima de campo e as queimadas são diferentes. A queima controlada não é agressão ao meio ambiente, é uma sapecada rápida que permite a retirada do material resultante de geadas e de neve, o pasto queimado, justificando que a queima de campo é o manejo controlado em áreas de pastagens, que impedem a roçada, diferente de queimada de florestas ou de outras vegetações.

Alguns entrevistados contam que tentaram fazer uma renovação de pastagem, como constatado no relato do entrevistado 5: “o plantio direto entendendo como a solução, mas eu tentei, mas não deu, não tinha como investir e faltava a técnica, solicita o técnico e ele fica de vir, ele não vem” (Entrevista 5, 2011).

Veem a proibição da queima de campo como uma retaliação a sua produção, como diz o entrevistado 6: “é contra quem quer produzir, pois não renova a pastagem. A queimada é melhor, para a fauna, é menos impactante que a silvicultura ou qualquer lavoura” (Entrevista 6, 2011). Ou no relato do entrevistado 7: “Tem que senta o produtor e os ambientalistas e acha uma forma, não nos tratar como criminoso” (Entrevista 7, 2011). Quando falam na proibição das queimadas dos campos, os produtores se reportam a este fato como uma afronta a seus direitos de produzir, criando insatisfação e desconforto, que podem gerar um conflito entre produtores e órgãos de fiscalização. Confirmando este descontentamento no relato do entrevistado 8: “No papel, é muito bonito, mas, na prática, quero que me dê uma solução, roça campo a foice não dá” (Entrevista 8, 2011), ou na fala do entrevistado 9: “A lei proíbe, temos que cumprir pra não sermos multados, mas, de outro lado, deixa uma enorme porta aberta para a mudança de atividade, como a silvicultura que está tomando conta dos campos nativos de Cima da Serra” (Entrevista 9, 2011). Confirmando-se o conflito, produtores e legislação ambiental, quando dizem que,

sem queima, não conseguem produzir, como na fala do entrevistado 10: “não tem outra forma de produzir, ou me apresentem a solução” (Entrevista, 10, 2011).

A queima de campo é uma prática comum no manejo das pastagens nos municípios dos Campos de Cima da Serra. E os produtores entendem como sendo um direito seu adquirido de utilizar as queimadas como instrumento para renovação das pastagens. “Como sustenta Doria (1985), a construção da identidade no presente se dá pelo resgate dos fragmentos históricos, pela luta dos seus direitos e na luta pelo reconhecimento desses direitos” (DORIA, 1985 apud SILVA, 2008:10).

Conforme Messias (2002), a prática de manejo tradicional do campo nativo é a queima realizada entre os meses de julho e agosto. Essa prática, que vem desde os primórdios da ocupação da área com a exploração bovina, é utilizada para eliminar a sobra de pasto seco, queimado pelas geadas do inverno.

Tem consequências, conforme Jomertz et al. (2008), redução da cobertura do solo e conseqüente perda de elementos químicos, a poluição do ar, a redução das populações de animais, a diminuição da frequência de espécies herbáceas e impedem a regeneração da araucária, é conflitiva com a legislação ambiental vigente, o que tem causado sérios problemas entre os agentes de fiscalização e os produtores rurais em função da aplicação de multas. Práticas culturais alternativas, entretanto, não existem no Município de São Francisco de Paula, e faltam experimentos que demonstrem a eficiência e as vantagens destas técnicas em relação às queimadas.

As comunidades tradicionais de descendentes de tropeiros no Distrito de Lajeado Grande assim como nos Campos de Cima da Serra têm sido marcadas por uma série de conflitos ambientais. Podemos observar que estes conflitos existem porque as populações locais não compreendem suas atividades como causadoras de impacto ambiental. Mesmo havendo outras formas de exploração, estas comunidades tradicionais, ou não tem acesso a estas informações ou não estão dispostas a mudarem suas técnicas tradicionais de produção.

Segundo Reis (2009), embora exista um bom acervo de informações a respeito do manejo, melhoramento e formas de utilização de nossas pastagens nativas, não temos sucesso na transferência de tais tecnologias para os produtores gaúchos.

De acordo com Bristot (2001), a região dos Campos de Cima da Serra encontra-se frente a um sério dilema motivado pelas leis de preservação ambiental. A proibição de qualquer tipo de queimada está provocando um aumento do êxodo rural com a consequente venda das áreas "multadas" que não vão ser mais utilizadas como fazendas, mas vendidas para empresas madeireiras. Posteriormente, serão cobertas por uma floresta uniforme de Pinus. Há dificuldade em se encontrar áreas apropriadas para a formação de pastagens artificiais suficientes para a alimentação de todos os animais durante os meses mais frios. Não parece haver dúvidas de que as queimadas, mesmo de forma controlada, causam danos ao meio ambiente. O problema central nesse debate é a avaliação qualitativa e quantitativa desses danos. A preocupação não deve ser só em relação às queimadas, mas também com a expansão das florestas contínuas e homogêneas, principalmente com Pinus. Essa última situação aponta para o desaparecimento total da biodiversidade e da beleza da encantadora paisagem dos Campos de Cima da Serra. Portanto, a região do Planalto das Araucárias enfrenta duas ameaças ambientais sérias: queimadas de campos e a propagação das florestas de Pinus, em que uma proibição radical das primeiras acentuará a segunda e, nesse caso, de uma maneira irreversível.

Existe a necessidade de aprofundar as pesquisas nos Campos de Cima da Serra, pois muitos estudos são necessários, além dos já realizados, para buscar um consenso da forma de produção dos agricultores que seja adequada tanto socialmente como ambientalmente.

“A riqueza de espécies vegetais em campos excluídos do pastejo poderia apenas ser mantida pelo fogo, pois, em longo prazo, a própria vegetação campestre pode ser perdida devido ao adensamento de arbustos” (OVERBECK et al., 2005, OVERBECK et al., 2006 apud OVERBECK et al., 2009:32).

Consoante Velez et al. (2009), o uso das queimadas como forma de manejo da vegetação nos campos é tema de visões divergentes, inclusive no âmbito acadêmico. Como já foi dito, no Brasil, a legislação federal não veda esta prática, desde que autorizada pelo órgão ambiental. Com a promulgação da Constituição Estadual, em 1989, as queimadas passaram a ser proibidas no RS. No entanto, tem havido tentativas de diminuir a restrição desta prática que, até o momento, não lograram êxito.

Alindo Butzke afirmou que o ideal seria desenvolver sistemas de produção viáveis economicamente para tornar compatíveis bons ganhos animais com a preservação dos ecossistemas de pastagens naturais. Na pesquisa, foram analisados os resultados técnicos após a queima de campo, pastoreio e melhoramento de campo nativo. Segundo ele observou que a queima tende a alterar a concentração de alguns nutrientes importantes quando comparada ao campo nativo melhorado. Porém estas diferenças não foram observadas ao comparar-se as áreas queimadas com as áreas com pastoreio ou com roçadas, acrescentou. O pró-reitor de Pesquisa da UCS, professor Jaime Lovatel, explicou que o estudo não faz uma apologia ao uso do fogo, pois não existe queima sem prejuízos. Campo nativo melhorado é o recomendado. Mas na falta de maquinários, que alternativa resta aos produtores que precisam sustentar suas famílias? (BUTZKE; LOVATEL apud APPIO, 2007:11).

Em relação à queima do campo, fica evidente a insatisfação dos produtores rurais com os órgãos de fiscalização ambiental, que argumentam que buscaram parceria para abertura de lavouras, apesar de saber que a lavoura é mais prejudicial e poluente que a própria queimada. Os proprietários rurais são conscientes de que a queima dos campos prejudica, a questão é qual a proporção deste impacto. Alegam que o relevo acidentado, afloramento de rochas, investimento alto para melhoramento de pastagem e roçada dos campos como sendo barreiras econômicas e de manejo para evitar a queima. A proibição da queima de campo, em alguns casos, provoca o êxodo rural, pois os pecuaristas entendem que não podem produzir sem esta prática, disponibilizando estas áreas para o avanço das florestas exóticas e outros monocultivos.

7.5 IDENTIFICAR QUAIS AS ALTERNATIVAS ENCONTRADAS PELOS DESCENDENTES DE TROPEIROS FRENTE À NOVA SITUAÇÃO DA REGIÃO

Ao ser perguntado qual a alternativa frente a essa situação, os entrevistados 1 e 2 responderam: “fazer mais lavouras onde o terreno permite e aumento da lotação onde não dá pra lavar, mas cada caso é um caso” (Entrevistado 1- 2, 2011). O entrevistado 3 relata que: “Tenho muito medo que o ilhote vai tomando conta, o criador vai se isolando e o ilhote vai tomando conta” (Entrevistado 3, 2011). Esta preocupação do produtor rural com a manutenção dos campos nativos no:

Rio Grande do Sul apresenta ainda regiões que desfrutam dos “privilégios do atraso”, Portanto, passíveis de uma opção definitiva pelo desenvolvimento sustentável, baseada na ética, na responsabilidade sócio-ambiental e no uso conservacionista dos recursos naturais. Conservar os recursos naturais já é e cada vez mais será um “bom negócio” [...] garantia

de comercialização para produtos de origem animal e vegetal (BORBA; TRINDADE, 2009:403).

Continuar fazendo o que sempre fiz, como na fala do entrevistado 5: “Eu vou fazer o que sei fazer, tira leite e cuidar do gado, dar sal é só o que precisa. O que dá aqui na Serra é isso, pecuária” (Entrevista 4, 2011). Ou mesmo diversificando, como no relato do entrevistado 5: “Produzir leite, ovelha ou? Subsidiada. Precisa de incentivo, o produtor local só mantém a propriedade se trabalhar fora, mais uma renda, não dá só com a renda da propriedade” (Entrevista 5, 2011).

Uma das propostas dos produtores é a diversificação com utilização de capacidade da propriedade, como, por exemplo, ovinos como estratégia competitiva, usando o:

Padrão de utilização da capacidade. Quando uma atividade de valor tem um custo fixo substancial a ela associado, o custo de uma atividade será afetado pela utilização da capacidade. A busca do nivelamento da utilização da capacidade procura reduzir a penalidade de flutuações na produtividade (RÉVILLION, 2010:5).

O avanço das florestas exóticas à proibição da queima provoca a expulsão dos proprietários tradicionais da região, ocorrendo o êxodo rural, que é confirmado no relato do entrevistado 6: “A silvicultura estraga e deixa tempo sem aproveitar a terra. Precisa de incentivo para deixar o produtor no campo, se não a solução é vender para grandes empresas, não consegue viver. Não posso queimar, não posso produzir. Vender e ir para cidade” (Entrevista 6, 2011). Indicando como solução no relato dos entrevistados 7 e 10: “talvez uma queima controlada” (Entrevistas 7-10, 2011). Querem um apoio para solucionar o problema, como diz o entrevistado 8: “Se existisse uma forma de subsidio do governo para roça, o Governo dá uma solução” (Entrevista 8, 2011). Ou como fala o entrevistado 9: “Uma das alternativas é programa de melhoramento de campo nativo, assistido pela Emater local, ou abertura de lavouras para implantar pastagens, inverno e verão” (Entrevista 9, 2011).

Tanto Veiga (2001) quanto Abramovay (2003) sustentam que a reprodução na agricultura familiar depende cada vez mais da capacidade das famílias de fazerem escolha e desenvolverem habilidades face aos desafios que lhes são impostos pelo ambiente social e econômico em vivem. Enquanto

para Silva (2001), as economias de escala²⁴ e especialização, apesar de exclusão social e econômica que geram, foram as que permitiram que milhares de agricultores se inserissem nos mercados, para Veiga e Abramovai, a palavra chave é diversificação, pois entendem que esta é a única condição capaz de fomentar economias de escopo²⁵ e diversificação (VEIGA, 2001; ABRAMOVAY, 2003; SILVA 2001 apud CONTERATO; FILLIPI, 2009:44).

Entre as alternativas sugeridas, está a de fazer mais lavouras (pastagens), onde o terreno permite, para aumento da lotação. A proposta de uma produção mais rentável é justificada para evitar o avanço das florestas exóticas ou monocultivos, que podem isolar ainda mais o criador tradicional da região, expulsando-o de suas áreas. Os descendentes de tropeiros se preocupam com a manutenção dos campos nativos e querem o desenvolvimento sustentável, baseado na ética e na responsabilidade socioambiental.

7.6 INVESTIGAR O QUE OS PECUARISTAS TRADICIONAIS DA REGIÃO PENSAM SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL E SOBRE A POSSIBILIDADE DE CULTIVAR PASTAGENS

Ao ser perguntado sobre o que acha quanto aumentar a produtividade na busca de mais lucros, 3 entrevistados responderam: “todo serviço e toda profissão deve se qualificar em busca deste objetivo, mais lucro” (Entrevistado 1-2-10, 2011). O entrevistado 3 respondeu “tem que ser feita alguma coisa urgentemente, mais tem que ser feito conforme o tamanho da perna, tem que ter capital” (Entrevistado 3, 2011). Três entrevistados responderam que “vou continuar assim. Não quero mudar. Hoje não mudaria” (Entrevistado 4-6-8, 2011). Estes 3 produtores rurais demonstram, nas suas “identidades socioculturais, também por vezes denominadas simplesmente de sociais, e expressam, sobretudo, valores de convivência, de segurança, de bem-estar [...] esses valores são legitimados pela tradição, pelos costumes que definem uma espécie de cultura específica” (GEHLEN, 2009:29). Formando uma espécie de resistência cultural ao novo, o que faz com que não mudem seu modelo produtivo por segurança. Um entrevistado respondeu “tenho

²⁴ Economias de escala ocorrem quando o custo de produção de uma mercadoria (custo unitário médio) decresce à medida que a empresa aumenta de tamanho; o tamanho mínimo para ser eficiente... (MIELE; WAQUIL; SCHULTZ, 2010:7).

²⁵ Economias de escopo (repartir custos em mais de uma operação) (MIELE; WAQUIL; SCHULTZ, 2010:10).

coragem, um projeto para a ovinocultura pra pequena propriedade, pela procura da carne e da lã em consorciado com o gado” (Entrevistado 5, 2011). Um entrevistado relatou: “tem que haver forma de aumentar a produtividade e mais lucro, a cultura que temos tem que produzir preservando o meio ambiente” (Entrevistado 7, 2011). Outro entrevistado respondeu que “Com certeza, é uma alternativa de visar um pouco mais de lucro e manter a propriedade rural, com concorrência justa” (Entrevistado 9, 2011).

Conforme Bandeira (1994 apud NETTO, 2009), para este autor, isto resultaria num comportamento conservador por parte dos pecuaristas, com pouca disposição para endividar-se ou para enfrentar riscos decorrentes de mudanças no processo produtivo.

Apenas 70% demonstraram objetivo de obter lucro, porém com medo de comprometerem de seu patrimônio ou se endividarem, os demais preferem continuar assim, “ou fazem por tradição, por satisfação pessoal, por considerarem uma atividade segura, etc. Se pudessem fazer novos investimentos, a maioria compraria terra e gado, ou seja, mais do mesmo” (NETTO, 2009:387).

Todos entrevistados são pecuaristas familiares e, tendo como atividade principal a bovinocultura de corte com predominância de mão-de-obra familiar, o gado, além de produto de sua atividade, serve também como poupança. Portanto, “não são seus objetivos, nem têm possibilidades, de tornarem-se fazendeiros, não almejando alcançar recordes de produtividade, apenas reproduzirem o modo de vida que já têm” (NETTO, 2009:388).

São necessárias novas estratégias de comercialização dos produtos agrícolas com escolha de novos mercados que resultem em vantagens competitivas, “tais como: produtos com maior valor agregado para o consumidor; produtos com custos mais baixos; e acesso a mercados mais amplos” (MIELE; SCHULTZ; WAQUIL, 2010:6). A comercialização dos produtos agrícolas da região estudada se dá da mesma forma que Miele, Schultz e Waquil (2010), os quais descreveram, com formas de mercado *spot*, compradores e vendedores que negociam preços e condições a cada transação. O controle da produção é do produtor rural. A forma de pagamento é negociada na época da venda, tornando-se de alto risco para ambos.

Os pecuaristas desta região poderiam usar, de acordo com Miele, Schultz e Waquil (2010), técnicas específicas na produção de respeito à integridade cultural

das comunidades rurais. Tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, empregando, sempre que possível, métodos culturais, de uso dos recursos naturais e socioeconômicos, e que fazem parte cultural das comunidades rurais. Atributos que são influenciados, principalmente, pela educação alimentar e pela conscientização ambiental dos consumidores.

É uma forma de diferenciação dos seus produtos com certificado de origem que poderia ser utilizado nos Campos de Cima da Serra oriundos dos sistemas de pastagem nativa, que adotam técnicas específicas valorizando seu modelo produtivo.

A livre escolha das populações tradicionais. Uma das propostas refere-se a que essas populações criem suas próprias instituições controlando seu conhecimento, com o apoio de pesquisadores, acordos sobre royalties, negociando autorizações e compensações (...). Suas próprias instituições encontrariam canais para acessar o mercado, com marcas próprias, selos verdes e certificados de origem, com banco de dados registrando a informação e a produção que possam oferecer (LEONEL, 2000:332).

Ao ser perguntado qual a opinião sobre a situação atual da pecuária, as respostas foram variadas. Dois entrevistados responderam: “se não puder mais queimar campo, é quase inviável criar gado somente lavrando o que puder do campo nativo” (Entrevistas 1-2, 2011). Um entrevistado respondeu “um dia é bom, outro dia é ruim, o sistema de trabalho tem que muda quem bota o preço no nosso produto é o comprador” (Entrevista 3, 2011). Observa-se uma estrutura de mercado de oligopsônio, ou seja, com poucos compradores e muitos vendedores, ou até formação de cartéis com acordos entre concorrentes, sobretudo para tabelamento de preços do boi vivo. Um entrevistado respondeu: “acho que ta bom, vivo do gado” (Entrevistado 4, 2011). Outro entrevistado respondeu “nos dias de hoje, melhorou. Durante dez anos, foram muito difícil a pecuária, os insumos, não consegui acompanhar, tem que procurar dinheiro fora, embora seja dinheiro barato vem o vencimento e não consegue reunir” (Entrevistado 5, 2011). Dois entrevistados responderam: “só com parceria com lavoureiros” (Entrevista 6-10, 2011). Um entrevistado respondeu: “ta vivendo um ciclo de transformação deste modelo que foi preservado até hoje, havendo uma desistência destes antigos moradores. Não dá lucro e vai aparece outras pessoas com outros modelos, e vão ter mais lucro e invadem as áreas” (Entrevista 7, 2011).

A inviabilidade da produção no sistema extensivo da bovinocultura é devido à proibição da queima para renovar as pastagens e à falta de poder de investimento dos produtores para aplicar em outras formas de produção mais rentáveis, o que provoca a expulsão dos descendentes dos tropeiros de suas áreas e a invasão de outras culturas nestes espaços. Os produtores estão percebendo esta situação, o que se confirma no relato do entrevistado 8: “na nossa região, a pecuária engatinha, criando como antigamente, muito poucos fizeram plantio direto. Tem que muda” (Entrevista 8, 2011). O entrevistado 9 respondeu: “a pecuária extensiva está com dias contados, é inviável economicamente, outro fator é a divisão das propriedades, obrigando os proprietários a implantarem lavouras com culturas diversas, dando espaço a outras atividades agropecuárias” (Entrevista 9, 2011). Os fatos relatados acima sobre a bovinocultura levantam questões, como:

As evidências levantadas pelas pesquisas demonstram que são muitas as razões que provocam esta trajetória. [...] demonstra que se depender do desempenho econômico a bovinocultura esta fadada à desapareição. Raríssimos são os sistemas de produção que proporcionam resultados ao menos positivos; se falássemos de competitividade com alternativas da terra, quase certamente o número de possibilidades se reduziria ainda mais, tendendo a zero (NETTO, 2009:389).

Complementando:

Nesta condição, de atraso é uma vantagem? É desejável a existência da bovinocultura nestas condições? Os papéis não produtivos que ela cumpre são relevantes? As políticas públicas devem ou têm o direito de intervir nos planos de vida destas pessoas? Até que ponto? Estas questões estão colocadas para a sociedade gaúcha que deverá julgar quanto à utilização que quer dar a sua área pastoril em contínuo processo de retração. A ameaça econômica que se posta sobre a bovinocultura de corte ameaça a continuidade da existência dos campos e boa parte da identidade gaúcha (NETTO, 2009:389).

“Restrições ambientais ligadas ao manejo do campo nativo com a proibição da queima, chamada de “sapecada”, pelos proprietários, reduz a disponibilidade de campo nativo, necessitando o plantio de pastagens com consequente aumento do custo de produção” (SOMMER; SALDANHA, 2010:9).

Ao ser perguntado, o senhor cultiva pastagens, o entrevistado 1, respondeu: “sim, hoje tenho 120 ha de lavouras abertas e pretendo abrir mais uns 30 ha” (Entrevista 1, 2011). Há de se considerar que, no caso específico deste produtor, que é um dos entrevistados que mais planta pastagens em proporção a área que

possui, ou 10% dela é plantada em parceria com agricultores que cultivam batata, que utilizam a área e entregam, em outro período, plantada com pastagens. O entrevistado 2 relata: “sempre plantei pastagem de inverno em pequenas áreas. Em alguns casos, semeava no campo direto como experiência e plantava trevo em pequenas áreas, hoje sei que não deu porque não colocava calcário” (Entrevista 2, 2011). Este produtor sempre tentou resolver o problema de falta de pasto para os animais, porém faltou assistência técnica que o ajudasse como fazer e hoje planta 1% de sua área. O entrevistado 3 relata que planta “pouca pastagem, mas pretendo aumentar” (Entrevista 3, 2011), este entrevistado planta 1% de sua área. O entrevistado 4 fala que “planto uns 3 hectare” (Entrevista 4, 2011), este possui em torno de 0,6% da sua área de pastagens cultivadas. Ou o entrevistado 5: “cultivo 10% da área” (Entrevista 5, 2011). Este entrevistado planta 1/3 da área e ressalta “em parceria com batateiros” (Entrevista 6, 2011). Onde encontramos áreas maiores de pastagem cultivadas são em parceria com plantadores de batata, que é o caso de dois proprietários entrevistados. O entrevistado 7 fala que na “nossa terra dá azevém, centeio só pra o inverno” (Entrevista 7, 2011), este planta pastagem em 1% da área. O entrevistado ou 8 acredita apenas em “pastagem de inverno” (Entrevista 8, 2011), e cultiva pastagem em 9% de sua área. O entrevistado 9, quando perguntado se cultivava pastagem, limitou-se a responder apenas “sim” (Entrevista 9, 2011). O entrevistado 10 responde que “planto pastagens de inverno em 5% da área” (Entrevista 10, 2011).

Um exemplo produtivo que compactua com a identidade cultural tropeira é o cultivo de pastagens e, estas áreas podem ser mais exploradas, pois foi visto que são cultivadas em um percentual pequeno em relação à área total das propriedades.

Consoante Costa (1971), a pesquisa em pastagens e plantas forrageiras deve ser prática e objetiva para solucionar problemas locais e regionais para desenvolvimento da pecuária.

O cultivo de pastagem de inverno em parcela pequena da propriedade foi motivado, conforme o entrevistado 1, pela “proibição da queimada e o aumento na produtividade (Entrevista 1, 2011). Ou, simplesmente, segundo o entrevistado 2, pela “deficiência de pastagem de inverno. Plantei capim elefante para verão como experiência, mas não tinha orientação. Vale a pena planta pastagens de inverno.

Falta máquina, tecnologia, mão-de-obra, se dá prioridades para outros serviços” (Entrevista 2, 2011).

Existe uma carência que, de acordo com Reis (2009), é a falta de uma proporção significativa de gramíneas de estação fria e de leguminosas de estação frias ou quentes na composição dos campos naturais é, entre outros fatores, uma consequência da deficiência de fósforo e também da acidez no solo. As opções para melhoramento de pastagens nativas que vai do ajuste da carga animal, roçada, diferimento²⁶, sobressemeiadura²⁷ de espécies de estação fria, suplementação proteica/nitrogenada, banco de proteínas, entre outras.

Consoante o entrevistado 3, muitos veem “a necessidade de um pasto bom, principalmente para inverno, vendo os outros que fazem o resultado que tá dando, copiado o que é bom dos vizinhos, para não comete erro, e se orientando com agrônomos” (Entrevista 3, 2011). Como no relato dos entrevistados 4 e 10 que acreditam nas pastagens de “inverno de aveia e azevém” (Entrevista 4,10, 2011). O entrevistado 5 diz: “tenho a pastagem porque o inverno rigoroso, a ração é muito cara, e caro pra nos produzir milho, e o pasto está ali” (Entrevista 5, 2011). Já veem o cultivo de pastagem como solução, como na fala do entrevistado 6 : “pastagem pro inverno e pela proibição das queimadas” (Entrevista 6, 2011). E demonstram alguns proprietários a necessidade de investirem mais em pastagem cultivada, como fala o entrevistado 7: “tenho certeza que tem que fazer uma pastagem intermediária porque tem que produzir (um consórcio de trevo) só com a pastagem natural não é mais possível” (Entrevista 7, 2011). Ou aquele produtor que está fazendo aquilo que sempre fez ou teve como aprendizado dos antepassados, como o entrevistado 8: “meu pai plantava, e eu continuei com pastagem de inverno” (Entrevista 8, 2011). Justificam o cultivo de pastagens dizendo:

O que leva a essa prática é a proibição das queimadas para a limpeza dos campos, a evolução e necessidade de mais alimentos pros animais, seja no verão para ganho de peso, ou produção de leite, para a manutenção dos animais no inverno, onde as pastagens nativas estão escassas (Entrevista 9).

²⁶ Diferimento: A retirada de animais de um potreiro, chamado de diferimento ou veda, é uma prática que os próprios herbívoros selvagens o fazem, quando migram para outras regiões. (NABINGER, 2009:185).

²⁷ Sobressemeiadura: Com relação à técnica de introdução de espécies de estação fria com preparo superficial do solo ou sem preparo (possível em algumas regiões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina) (JACQUES; HERINGER; SCHEFFER-BASSO, 2009:237-259).

Estas vantagens são demonstradas, conforme Jacques (1997), apud Jacques, Heringer & Scheffer-Basso (2009), na região dos Campos de Cima da Serra, RS, que obteve um ganho diário por animal de 583 gramas no período de 16 de junho a 28 de fevereiro, suplementado a pastagem nativa durante o período frio (16/06 a 30/09).

Quando questionados em relação a cultivar pastagem, aqueles que têm parceria com os plantadores de batata se mostraram motivados a fazer, respondendo como o entrevistado 1: “sim, faço com aumento gradativo desde 1999” (Entrevista 1, 2011). Ou o outro entrevistado 6, que responde: “o jeito é aumentar a parceria e aumenta as lavouras” (Entrevista 6, 2011). A maioria, 7 dos entrevistados, respondeu que “só cultiva pastagem de inverno” (Entrevista 2, 3, 4, 5, 7, 8,9, 2011), estes 7 pecuaristas não foram procurados pelos plantadores de batata para fazer parcerias em áreas de lavouras, porque suas áreas estão com difícil acesso, embora estes mesmos demonstrem inconformismo com a contaminação do solo por químicos. Estes 7 produtores – ou os que não têm parcerias em lavouras com plantadores de batata – não demonstraram entusiasmo ou até estão desiludidos com a situação da pecuária na região. Os que aceitaram a parceria dizem que se preocupam com a contaminação dos químicos, mas, em razão da proibição das queimas do campo e da falta de capital próprio para investirem, foi a forma que encontraram para plantar pastagens.

Para o entrevistado 1, “as pastagens nas propriedades é vistas como aumento da produtividade e para evita a queima” (Entrevista 1, 2011). Ou simplesmente como relata o entrevistado 2 : “não morre gado no inverno. Porém o custo é alto” (Entrevista 2, 2011). A pastagem é usada como uma estratégia para diminuir custo, pois, para os entrevistados 3 e 8, “vantagem cultivar, é que antes se gastava mais ração, e, com mais trabalho, agora com menos ração e menos trabalho, principalmente os terneiros vão para lavoura, se enxerga o resultado na rês o manejo é melhor” (Entrevista 3,8, 2011), facilitando o manejo do gado. Para os entrevistados 4, 5, 7, 8 e 10, “a pastagem é apenas pro inverno o custo de correção do solo é alto, mas é o que se faz” (Entrevista 4, 5, 7, 8, 10 2011). Na declaração do produtor rural, “é que se faz”, revela sua identidade cultural na forma de produção, e “para poder-se entender o funcionamento da UPA²⁸ e seu sistema de produção, é

²⁸ UPA: Unidade de produção agrícola.

indispensável conhecer-se os fatores de produção, aspectos econômicos, aspectos socioculturais e históricos, e aspectos relacionados à tomada de decisão na sua UPA” (GIASSON; MERTEN, 2009:5).

Só vê vantagem em cultivar pastagem conforme o relato do entrevistado 6 quando diz: “não tem outra forma de trabalhar sem um plantio direto para viabilizar a pecuária na nossa região” (Entrevista 6, 2011).

Demonstram também que o cultivo de pastagens pode solucionar alguns problemas, mas é motivador de outros, como:

Vantagens são muitas, aumentando o volume e qualidade de alimentos, podemos pensar em maior produção e produtividade, bem como aumentando o número de animais por hectare, visando maior lucro. Desvantagens pode ocorrer no aspecto ambiental, aplicação de adubação química, na (erosão) devido o preparo das lavouras, como também no risco de endividamento dos produtores. Podemos citar a modificação das paisagens dos Campos (Entrevista 9, 2011).

Devendo ser observado, segundo Sommer e Saldanha (2010), que podem ocorrer desvantagens no aspecto ambiental, aplicação de adubação química, (erosão) devido ao preparo das lavouras, como também, ao endividamento dos produtores.

De acordo com Abramovay (1998), a noção de “capital social”²⁹ permite ver que os indivíduos não ajam independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seus objetivos nem sempre são estritamente egoístas. Neste sentido, as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor. O capital social aparece, então, como instrumento para a solução dos dilemas da ação coletiva. O capital social é um conjunto de recursos cuja apropriação depende, em grande parte, do destino de certa comunidade.

Pode-se, então, fortalecer o capital social do território e promover o crescimento da atividade econômica dentro de uma mesma estrutura social para influenciar um indivíduo sobre os outros demonstrando resultados positivos na adoção em um projeto de melhoramento de pastagens.

²⁹ “Capital social é, antes de tudo, a resposta ao dilema neoclássico da ação coletiva. A base do raciocínio está na constatação de que “as soluções privadas nem sempre funcionam” (ABRAMOVAY, 1998:4). “A característica central do capital social é que se trata de um bem público” (ABRAMOVAY, 1998:5).

A parceria dos plantadores de batatas com os moradores tradicionais do Distrito é feita da seguinte forma: após cultivarem a área com batatas, entregam estas com pastagens cultivadas aos proprietários da área. O cultivo de pastagens nas propriedades rurais do Distrito, exceto duas que mantêm parceria com plantadores de batatas, é cultivada em pequenas áreas com pastagens apenas de inverno, e justificam esta prática devido à escassez de pasto nativo para seus animais neste período de inverno e à proibição da queima de campo. Entendem que há a necessidade de aumentar a área de pastagens para evitar a queima e tornar a bovinocultura viável economicamente, evitando avanço de outras culturas, embora não ambicionem muito lucro. Como o melhoramento de pastagens na região exige investimento, principalmente com correção do solo, alguns produtores rurais demonstram medo de se endividarem com este investimento e comprometerem seu patrimônio, mas concordam que a “pecuária está engatinhando” e alguns produtores apontam como solução, para a bovinocultura no sistema extensivo na região, o melhoramento de pastagens para tornar esta atividade viável tanto econômica como ambiental, para, assim, evitar o êxodo rural.

8 CONCLUSÃO

Ao caracterizar a leitura da paisagem da região, observa-se a presença de coxilhas, campos nativos, matas de araucárias e nascentes de água, como o conjunto de formas naturais e culturais associadas. Esta área é utilizada, na sua maioria, para pecuária extensiva, demonstrando que é um sistema produtivo que serve para preservar a paisagem dos Campos de Cima da Serra. Porém, nos últimos vinte anos, houve uma acentuada alteração na paisagem natural dos Campos de Cima da Serra com a substituição da sua cobertura vegetal nativa por projetos de silvicultura de espécies exóticas, expansão de áreas agrícolas, que indica modificação nos usos tradicionais do solo que se expressam na sua paisagem. Foram apresentados os diferentes sistemas agrários do Distrito do Lajeado Grande, sua evolução, dentro do espaço físico estudado, observando as relações sociais, suas articulações com o meio e suas alterações no tempo e espaço. Demonstra que a expansão do distrito se deu com os índios a pé, após os índios a cavalo, continuando em outro momento com os tropeiros que foram se fixando em estâncias e fazendas, assim como com os latifundiários. A criação de gado no sistema extensivo ainda continua como a principal fonte de renda local. Mas, assim como foi visto na leitura da paisagem, também na evolução dos sistemas agrários, verifica-se que o campo cedeu lugar às florestas exóticas e aos monocultivos.

Ao caracterizar o perfil dos descendentes de tropeiros do Distrito, observa-se que ocorreu uma colonização prioritariamente agrícola, com elemento humano de procedência, principalmente, açoriana. São estes descendentes de imigrante europeu, de origem rural, que são encontrados no Distrito de Lajeado Grande, e se consideram tropeiros ou descendente de tropeiros. Estes descendentes de imigrantes açorianos formam uma “resistência” na preservação de modos de vida camponês, associada à reprodução da identidade. Consideram-se descendentes de tropeiros e confirmam esta descendência em seus relatos, e alguns narram experiências próprias de tropeirismo. A identificação cultural do grupo entrevistado é marcada pelos traços característicos dos povoadores do Distrito de Lajeado Grande.

Ao caracterizar o manejo produtivo utilizado pelos descendentes de tropeiros, percebe-se que foram influenciados pelo arranjo de acesso à terra, pois todos receberam áreas por herança, passando de geração para geração, o que contribuiu

para preservar o sistema produtivo extensivo da bovinocultura. Uma tradição decorrida, como herança cultural, que se manifesta na forma do modelo produtivo e formam um conjunto de valores que orientam e dão sentido às práticas sociais que são um sustentáculo para a reprodução dos indivíduos e dos grupos. Formam uma sociedade territorial contínua historicamente produzida que determina o modo de ser destes produtores rurais da região, alicerçada na pecuária extensiva construída a partir da utilização dos campos nativos.

Caracteriza as diferenças dos sistemas produtivos ao descrever os efeitos conflitantes entre os distintos modelos, e descrever o cenário da problemática ambiental em relação à utilização dos químicos nos monocultivos, a descaracterização da paisagem e ao pesquisar os impactos da proibição das queimadas dos campos.

O efeito conflitante entre os diferentes modelos produtivos em uso na área fica evidente entre produtores rurais que adotam o sistema extensivo de criação de bovinos, e produtores rurais que investem em florestas exóticas e outros monocultivos. A principal causa do desagrado é pelo uso intensivo de fertilizantes inorgânicos e de agrotóxicos que estão causando uma série de contaminações nos banhados, arroios e rios, além de provocar erosão nas encostas. As florestas exóticas descaracterizam a paisagem e causam impacto no meio ambiente. Estes diferentes modelos produtivos provocam um conflito socioambiental, sendo necessária uma mediação destes grupos sociais que utilizam diferentes maneiras de relação com a natureza na forma produtiva. Embora os conflitos causados por diferentes modelos produtivos tenham sido propostos nesta pesquisa e não surgido como uma nova questão ou temática é importante destacar que se apresentou como um tema que merece ser mais bem desenvolvido, pois os produtores rurais demonstraram esta necessidade devido ao conflito socioambiental e à injustiça social já estabelecida, merecendo um melhor estudo.

Ao pesquisar o impacto da proibição das queimadas, fica evidente o confronto entre os órgãos de fiscalização ambiental e os produtores rurais. Os produtores buscam outras formas de produzir, embora, muitas vezes, não concordem com diferentes métodos produtivos utilizados, pois não compactuam com suas convicções éticas de preservar e não usar químicos. Os proprietários rurais são conscientes de que a queima dos campos prejudica, a questão é qual a proporção

deste impacto. A proibição da queima de campo provoca o êxodo rural, pois os pecuaristas do sistema extensivo de produção de bovinos entendem que não podem produzir sem esta prática, disponibilizando estas áreas para o avanço das florestas exóticas e para outros monocultivos.

A alternativa encontrada pelos descendentes de tropeiros frente à nova situação da região é fazer mais lavouras (pastagens) ou melhoramento do campo nativo, onde o terreno permite. A proposta de uma produção mais rentável é justificada para evitar a queima do campo, e o avanço das florestas exóticas ou monocultivos, que podem isolar ainda mais o criador tradicional da região, expulsando-o de suas áreas. Os descendentes de tropeiros se preocupam com a manutenção dos campos nativos.

Ao investigar o que os pecuaristas tradicionais da região pensam sobre a situação atual e sobre a possibilidade de cultivar pastagens, descobriu-se que, na maioria das propriedades rurais do Distrito, exceto duas que mantêm parceria com plantadores de batatas, são cultivadas pastagens em pequenas parcelas das áreas com pastagens apenas de inverno, e justificam esta prática devido à escassez de pasto nativo para seus animais neste período de inverno e pela proibição da queima de campo. Entendem que a necessidade de aumentar a área de pastagens para evitar a queima e tornar a bovinocultura viável economicamente, evitando avanço de outras culturas, embora não ambicionem muito lucro. Como a implementação de lavouras exigem investimento, demonstram medo de comprometerem seu patrimônio ou se endividarem, mas concordam que o melhoramento de pastagens é a solução para manter os criadores do sistema extensivo da região.

Com a síntese acima dos objetivos específicos, foi possível avaliar que estes colaboraram para atingir o objetivo principal, que foi de verificar a influência da herança cultural tropeira na forma como se dão os arranjos produtivos da região do Distrito de Lajeado Grande, em São Francisco de Paula.

Com a metodologia utilizada, foi possível identificar crenças, usos e costumes, valores herdados dos antepassados, diferenças dos modelos produtivos da região, influenciados por aspectos culturais dos atores sociais rurais do Distrito. Ou descrever, por meio dos objetivos específicos, os fatos para verificar a influência da herança cultural tropeira na forma como se dão os arranjos produtivos. Além de coletar dados secundários, como das disciplinas do curso Planejamento e Gestão

para o Desenvolvimento Rural, que foi utilizado. A história do Tropeirismo no Brasil e na região colaborou para entender a identidade cultural dos moradores tradicionais do Distrito, que influencia nas suas tomadas de decisão, seja em relação ao modelo produtivo seja nas suas características na forma camponesa de ser. São alguns dos aspectos que justificam que a proposta metodológica foi adequada para a pesquisa.

A questão principal haveria uma influência da herança cultural tropeira na forma como se dão os arranjos dos seus produtos no distrito de Lajeado Grande, em São Francisco de Paula, foi respondida ao demonstrar a insatisfação dos moradores tradicionais com a mudança da paisagem ocasionada pelos monocultivos. Isso na evolução dos sistemas agrários que conserva a pecuária extensiva e na insatisfação com a proibição das queimadas e a utilização de químicos ao buscar a origem da família, especificidades genealógicas do pai e da mãe, e a relação que estabeleceram com o território e com o patrimônio familiar. No acesso à terra, foi revelado que todos receberam áreas por herança, passando de Geração para geração, demonstrando uma tradição transportada, seja por meio da terra, ou em seus usos e costumes, como herança cultural, que também se manifestada na forma do modelo produtivo do sistema extensivo da bovinocultura.

Com a concordância dos moradores tradicionais, descendentes de tropeiros, em aumentar as áreas de pastagem cultivadas, com objetivo principal de evitar o avanço de outros sistemas produtivos e tornar a pecuária da região viável economicamente.

Esta identidade cultural dos descendentes dos tropeiros ou dos moradores tradicionais dos Campos de Cima da Serra, embora pareça tão abstrata em alguns momentos, manifesta-se de forma tão concreta em outros, seja nas práticas de manejo do modelo produtivo seja em seus usos e costumes. Estas relações com o meio rural, norteadas pela identidade cultural, é que vai determinar o tipo de afinidade que este ator social tem com a terra e como acontecerá o desenvolvimento rural baseado nos aspectos econômico, social, ambiental e cultural.

Ficou claro que, ao respeitar estas especificidades culturais, pode-se promover o desenvolvimento regional com maior equilíbrio socioeconômico e ambiental, pois não basta promover a transmissão de tecnologias e um aumento imediato na renda destes agricultores que pode levá-los à falência tanto econômica quanto sociocultural e ambiental. É necessário que o conhecimento científico

caminhe junto ao conhecimento tradicional para influenciar as políticas públicas no reconhecimento e valorização dos saberes das comunidades tradicionais. A justiça ambiental se dá ao reforçar a fixação das comunidades tradicionais no seu meio rural, pois são elas as protetoras do meio ambiente.

Ao pensar em desenvolvimento rural, é necessário saber que só ocorre com o amadurecimento social da população se conscientizando quanto a necessidade de busca de uma solução. A baixa produtividade da pecuária, devido a restrições no manejo dos campos nativos e à falta de políticas públicas de investimentos resultaram em novos usos da terra. São formas de produção que evidenciam que as práticas tradicionais de pecuária extensiva não têm garantido a sustentabilidade das propriedades. Muitos produtores rurais não conseguem vislumbrar os benefícios da tecnologia em longo prazo. Surge, então, a necessidade de argumentos baseados em ensino acadêmico e na confiança de quem acredita que o campo é viável para quem sabe o que faz.

Existem outras possíveis atividades para a região, as quais poluem menos que as atuais atividades agrícolas e descaracterizam menos a paisagem que a silvicultura.

Como uma estratégia para enfrentar as adversidades da produção e do mercado, pode-se usar a diversificação da produção na propriedade rural, que irá proporcionar vantagens competitivas, se baseado na economia de escopo. Entre as opções para região pesquisada estão a ovinocultura, a suinocultura, a piscicultura, a agroindústria de queijo ou de chás, o turismo rural, a produção de mel de abelhas e a extração do pinhão. São possibilidades de diversificação da produção que já ocorrem no Distrito em algumas propriedades em pequena escala ou timidamente. Com projetos adequados e a viabilização de recursos, as soluções acima podem se concretizar em uma escala maior de produção da ocorrida hoje na região. Estas opções estratégicas estão relacionadas à capacidade das propriedades rurais em diversificar a produção, compartilhando os mesmos ativos produtivos, produzindo mais produtos, o que poderá resultar na redução dos custos de produção.

A larga utilização de agrotóxicos no controle de pragas promoveu um aumento dos problemas relacionados com as intoxicações com tais produtos. Uma medida importante para mediar o conflito na região, entre moradores tradicionais e monocultores, é incentivar cultivos com poucos agrotóxicos ou a produção orgânica.

A justificativa é de uma proposta que valorize a segurança alimentar como um diferencial de diversificação do mercado. Os produtos orgânicos representam uma promessa de alimentos mais saudáveis e seguros, com enorme apelo aos consumidores que se dispõem, inclusive, a pagar mais por isso.

O ator social rural aqui visto não é um tipo econômico, mas um modo de vida no qual ocorre a personalização dos vínculos sociais, com um conjunto de normas próprias e específicas. A solução propostas pelos pecuaristas nas entrevistas é de melhoramento de pastagens e permissão das queimadas como única solução apontada por eles para se manterem produzindo.

Para a pecuária, a procura é de uma proposta com livre escolha destes atores sociais, de algo que se identifique com sua forma de produzir, orientados para valorizar o seu modelo produtivo, com selo de identificação, que poderá vir a ocorrer com a proposta, baseada no resultado das pesquisas, de melhoramento de pastagens. O melhoramento de pastagens respeita uma condição importante na implantação de uma proposta de desenvolvimento rural, que, além de técnica e economicamente viável, é social, é ambiental e culturalmente aceita e adequada para os descendentes de tropeiros do Distrito de Lajeado Grande.

Desta forma, podem ser desenvolvidas ações que visam a induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar desta população rural.

.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Departamento de Economia (FEA/USP) e Programa de pós-graduação em Ciência. 1998. 18 p. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/4_congresso_old/ivcongresso66.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2011.
- ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental e construção social do risco**. UFRJ/IPPUR. 2002. 19 p. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?id=125952>>. Acesso em: 14 jan. 2011.
- ANDREATTA, Tanice. **Bivinocultura de corte no Rio Grande do Sul: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organizações dos estabelecimentos agrícolas**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 241 pág. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.
- ALGATÃO, Fellipe Cordeiro de Souza. **O tropeiro como propagador cultural e mola mestra da cultura cafeeira no século XIX**. São Paulo: 2010. 8 p. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao41/materia06>>. Acesso em: 04 abr. 2011.
- ALMEIDA, Aluisio de. **Vida e morte do tropeiro**. Martins, 1981. 228 p.
- ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. **Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: 2000. 15 pág. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=11865>>. Acesso em: 21 dez. 2010.
- ALVES, Luiz Antonio. **Os fundadores de São Francisco de Paula**. Edição do autor. Caxias do Sul: Gráfica Artesanal Honra e Glória, 2007. 220 p.
- APPIO, Francisco. **Bom Jesus serrano sim senhor**. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. 2009. 50 p. Disponível em: <<http://www.appio.com.br/arquivos/bjs.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2011.
- APPIO, Francisco. **Queima de campo: Queimada é outra coisa**. Publicação do Gabinete do Deputado Francisco Appio. Porto Alegre. 2007. 30 p. Disponível em: <<http://www.appio.com.br/arquivos/queima.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2011.
- ATLAS SOCIO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Reservas da biosfera da mata atlântica**. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/indicemapas.asp?menu=331>>. Acesso em: 13 dez. 2009.

BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.). **Raízes**: Santo Antonio da Patrulha, São Francisco de Paula, Tramandai. Porto Alegre: EST, 1992. 303 p.

BARROSO, Vera Lucia Maciel. O povoamento do território do Rio Grande do Sul/Brasil O Oeste como direção. **Revista Digital Estudos Históricos – CDHRP**, Porto Alegre, 29 p, 2009. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/edicion_2/vera_maciel.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2011.

BEHLING, Hermann et al. Dinâmica dos campos no sul do Brasil o Quaternario Tardio. In: PILLAR, Valério De Patta et al. **Campos sulinos**: Conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília/DF: Valério De Patta Pillar... [et al.]. Editores, 2009. p. 13-25.

BENCKE Glayson Ariel. Diversidade e Conservação da Fauna dos Campos do Sul do Brasil. In: PILLAR, Valério De Patta et al. **Campos sulinos**: Conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília/DF: Valério De Patta Pillar... [et al.]. Editores, 2009. p. 101-21.

BOLDO, Elton Leonardo et al. O uso do fogo como prática agropastoril na microrregião homogênea dos campos de cima da serra: Análise da situação atual e busca de um modelo sustentável. **Rev. Bras. de Agroecologia**, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, p. 875- 8, nov. 2006. In: I Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2006.

BOLDRINI Ilsi Lob. A flora dos Campos do Rio Grande do Sul. In: PILLAR, Valério De Patta et al. **Campos sulinos**: conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília/DF: Valério De Patta Pillar... [et al.]. Editores, 2009. p. 63-77.

BORBA, Marcos; TRINDADE José Pedro P. Desafios para conservação e a valorização da pecuária sustentável. In: PILLAR, Valério De Patta et al. **Campos sulinos**: conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília/DF: Valério De Patta Pillar... [et al.]. Editores, 2009. p. 391-403.

BRISTOT, A. Planalto das Araucárias: um ecossistema em perigo de extinção. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 24-31, out.-dez. 2001.

CAMARGO, Roberta Silva de. **Cadeia produtiva da madeira na microrregião Gramado-Canela/RS**. Canela, 2010. 7 f. (Texto digitado).

CARTIER, Ruy et al. **Vulnerabilidade social e risco ambiental**: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. Rio de Janeiro. 10 p. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=11865>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

CHAMI, Luciane Belmonte. **Vegetação e mecanismos de regeneração natural em diferentes ambientes da floresta ombrófila mista na flora de São Francisco de Paula, RS**. Santa Maria, RS Brasil: UFSM, 2008. 125 p. Indicação de tese, Programa de Pós-Graduação em Engenharia florestal, área de concentração em Silvicultura, Santa Maria, 30 de junho de 2008.

CONTERATO, Marcelo Antonio; FILLIPI, Eduardo Ernesto. **Teorias do desenvolvimento: Novas Concepções sobre o Desenvolvimento Rural: Incorporando Questões Ambientais e Processos Demográficos.** UFRGS. Porto Alegre. 2009. 56 p.

CORDEIRO, José Luís Passos; HASENACK, Heinrich. Cobertura vegetal atual do Rio Grande do sul. In: PILLAR, Valério De Patta et al. **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade.** Brasília/DF: Valério De Patta Pillar... [et al.]. Editores, 2009. p. 285-98.

CÓRDOVA Ulisses de Arruda et al. **Validação da tecnologia de melhoramento de pastagens naturais no Planalto Sul de Santa Catarina.** Lages: 2010. 3 p.
Disponível em:
<http://www.cpact.embrapa.br/publicacoes/download/documentos/documento_166/PDFs/4/4-16.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2011.

COSTA, Benedito Marques da. **Tipos de pastagens, sob o ponto de vista ecológico.** Universidade Federal de Viscosa. Viscosa. 1971. 6 p. Disponível em:
<http://www.agronline.com.br/agrociencia/pdf/public_47.pdf>. Acesso em: 5 set. 2008.

EMBRAPA. **Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema brasileiro de classificação de solos.** Brasília: SPI, 1999. 412 p.

FIDELIS, Alessandra; APPEZZATO-DA-GLÓRIA, Beatriz; PFADENHAUER, Jörg. A importância da biomassa e das estruturas subterrâneas nos Campos Sulinos. In: PILLAR, Valério De Patta et al. **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade.** Brasília/DF: Valério De Patta Pillar... [et al.]. Editores, 2009. p. 188-99.

FLORES, Moacyr. **Tropeiro no Brasil.** Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998. 91 p.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento: uma visão do estado da arte.** 2006. 47 p. Disponível em:
<http://www4.fct.unesp.br/docentes/geo/cliff/CULTURA%20E%20IDENTIDADE/BIBLIOGRAFIA/FLORES%20Rimisp%20centrodoc_236_2006.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2011.

FOGAÇA, Selda Cardoso. **Primeiros moradores do Distrito de Lajeado Grande.** São Francisco de Paula. 2008. 1 f. (Texto digitado).

GEHLEN, Ivaldo. Unidade 2 – Atores Sociais. In: GEHLEN, Ivaldo; MOCELIN Daniel Gustavo (org). **Organização social e movimentos sociais rurais.** Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 29-30.

_____. Noções e ambiguidades sobre o trabalho dos agricultores familiares nos complexos agroindustriais. In: **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas,** Campina Grande, ano 17, n. 17, p. 37-44, set. 1998.

GIASSON, Elvio; MERTEN, Gustavo Henrique. **Fundamentos para o estudo e caracterização de uma UPA a partir da abordagem sistêmica**, 2009. 26 p. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/8979/Modulo2_-_Analise_Regional_e_Aspectos_Produtivos_Elvio_Giasson.pdf>. Acesso em: 10 maio 2011.

GIASSON, Elvio. **Solos do Estado do Rio Grande do Sul**. UFRGS. Porto Alegre: 2010. Departamento de Solos. Faculdade de Agronomia, UFRGS. Disponível em: <https://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/8979/Solos_do_RS.pdf>. Acesso em: 27 set. 2010.

GUADAGNIN, Demetrio Luiz et al. Árvores e arbustos exóticos invasores no Pampa: questão ecológica, cultural e sócio-econômica de um desafio crescente. In: PILLAR, Valério De Patta et al. **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília/DF: Valério De Patta Pillar... [et al.]. Editores, 2009. p. 300-15.

GUEDES, João. Banco Mundial incentiva pecuária sustentável. **Sul rural**. Porto Alegre, p. 3, 25 jan. 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Região: trajetos e perspectivas**. Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense. Porto Alegre. 2005. 15 p. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e4-11.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2010.

HERCULANO Selene. **O Clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. 2006. 20 p. Disponível em: <http://www.soscorpo.org.br/Adm/userfiles/TaniaPacheco_o_clamor_por_justicaambiental_e_contra_o_racismoambiental.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2011.

HERRMANN, M. L. de P.; ROSA, R de O. Relevô. In: **Geografia do Brasil, região sul**, v. 2, Rio de Janeiro, IBGE, Diretoria de Geociências, p. 55-83, 1990.

HUYERELY, Nilza. Tropeirismo entre a Serra e o Litoral. In: RODRIGUES, Elusa Maria Silveira et al. (org.). **Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições Est. 2000. p. 154-8.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Bioma do Brasil**. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra. Uso da Terra no Estado do Rio Grande do Sul**. Relatório Técnico, 2010. 151 p. Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/documentos/recumrsosnaturais/usodaterra/usoterra_RS.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2011.

JACQUES Aino Victor Ávila; HERINGER Ingrid; SCHEFFER-BASSO Simone M. Aspectos do manejo e melhoramento da pastagem nativa. In: PILLAR, Valério De Patta et al. **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília/DF: Valério De Patta Pillar... [et al.]. Editores, 2009. p. 237-41.

JOMERTZ, Julio et al. **Prefeitura de São Francisco de Paula Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente Coordenação do Meio Ambiente: Plano Municipal Ambiental.** Secretaria de Saúde e Meio Ambiente.edição.São Francisco de Paula. 2008.135 pag. Disponível em:

<http://www.saofranciscodepaula.rs.gov.br/meio_ambiente/planoambiental.PDF>.

Acesso em: 21 dez. 2010.

JUNIOR, de Camargo; CARDOSO, Sergio; MENGUE, Solange. **Análise da evolução e diferenciação do sistema agrário do Distrito de Lajeado Grande (S. Francisco de Paula/RS).** Canela: 2008. 12 p. Disponível em:

<<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/assignment/view.php?id=4598>>. Acesso em:

21 abr. 2011.

KAUL, P. F. T. Geologia. In: **IBGE.** Geografia do Brasil - Região Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 29-54.

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do sul do Brasil.** (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: EDUSP/Itatiaia, 1980.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LEONEL, Mauro. Bio-sociodiversidade: preservação e mercado. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 14, n. 38, p. 321-46, jan./abr. 2000. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v14n38/v14n38a19.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2010.

LITTLE, Paul Elliot. **Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico.** Universidade de Brasília. Brasília. 2006. 103 p. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?id=124935>>. Acesso em: 16 jan. 2011.

MENASCHE, Renata; KRONE, Evander Eloi. **Queijo serrano: identidade e cultura nos Campos de Cima da Serra, 2007.** 8 p. Disponível em:

<<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/417.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2011.

MESSIAS, Luiz Gonzaga Pereira. Engºagrº. Chefe do Escritório Municipal da Emater/RS de São Francisco de Paula. **Melhoramento do campo nativo**, 2002. 8 p. Disponível em:

<http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/servicos/biblioteca/digital/melhoramento_campo_nativo.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2010.

MIELE, Marcelo; SCHULTZ, Glauco; WAQUIL, Paulo Dabdab. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas.** Módulo IV: Gestão e Estratégias de Comercialização de Produtos Agrícolas. UFRGS. Porto Alegre. 2010.14 pág. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/8980/DERAD016_-_Modulo_IV_-_texto_basico.pdf>. Acesso em: 14 maio 2011.

MUSSOI, Eros Marion. **Enfoques pedagógicos para intervenção no meio rural**, 2006.40 pág. Disponível em: <<http://www.google.com.br/search?source=ig&hl=pt-BR&rlz=&q=pedag%C3%B3gicos+para+interven%C3%A7%C3%A3o+no+meio+rural&aq=f&aqj=&aql=&oq=>>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

NABINGER, Carlos et al. Produção animal com base no campo nativo: aplicação de resultados de pesquisa. In: PILLAR, Valério De Patta et al. **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília/DF: Valério De Patta Pillar... [et al.]. Editores. 2009. p. 175-97.

NASCIMENTO Elimar Pinheiro do. Os conflitos na sociedade moderna: Uma Introdução conceitual. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro. Garamond. 2001. p. 85-105.

NETTO, Carlos G. A. Mielitz. O futuro dos Campos: possibilidades econômicas de continuidade da bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul. In: PILLAR, Valério De Patta et al. **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília/DF: Valério De Patta Pillar... [et al.]. Editores, 2009. p. 380-9.

NIMER, Edmon. Clima. In: BRASIL. IBGE. **Geografia do Brasil: região sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. v. 2. p. 151-87.

OLIVEIRA, Valter Lúcio de. **A diversidade social da agricultura como fortaleza**. UFRGS. Porto Alegre. 2010. 11 p. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=9179>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

OLIVEN, Ruben George. O processo de construção da identidade gaúcha. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza S.; FÉLIX, Loiva O. (orgs). **RS: 200 anos: definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002.

OVERBECK Gerhard Ernst et al. Os Campos Sulinos: um bioma negligenciado. In: PILLAR, Valério De Patta et al. **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília/DF: Valério De Patta Pillar...[et al.]. Editores, 2009. p. 26-41.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, ADMINISTRAÇÃO 93/ 96. **São Francisco de Paula Ontem, Hoje e Sempre**. UCS, 1996. 119 p.

PUNTEL, Geovane Aparecida. A Paisagem no Ensino da Geografia. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 283-98, jan./jun. 2007.

REIS José Carlos Leite. O uso de herbicidas para introdução de forrageiras nos campos e seus efeitos na flora. In: PILLAR, Valério De Patta et al. **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília/DF: Valério De Patta Pillar... [et al.]. Editores, 2009. p. 266-73.

RÉVILLION Jean Philippe. **Estratégias competitivas, cadeia e sistema de valor**. Porto Alegre: 2010. 8 p. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=9878>>. Acesso em: 14 maio de 2011.

RIBEIRO, José Hamilton. **Os tropeiros**: Diário da Marcha. São Paulo: Globo, 2006. 175 p.

RUSCHEL, Ruy Ruben. A ocupação do Litoral e suas Relações com a Serra. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.). **Raízes**: Santo Antonio da Patrulha, São Francisco de Paula, Tramandai. Porto Alegre: EST, 1992. p. 129-32.

SCHEFFER-BASSO, Simone M et al. Paspalum e Adesmia: importantes forrageiras dos campos sulinos. In: PILLAR, Valério De Patta et al. **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília/DF: Valério De Patta Pillar... [et al.]. Editores, 2009. p. 163-74.

SILVA, Adriana Fraga. "**Meu avô era tropeiro!**": identidade, patrimônio e materialidades na construção da Terra do Tropeirismo – Bom Jesus (RS). Porto Alegre. PUCRS, 2009. 264 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

SILVA, Harrysson Luiz da. A Epistemologia do conflito ambiental. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Porto Alegre, p. 15, 2011. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?id=125949>>. Acesso em: 16 jan. 2011.

SILVA, Sergio Baptista da. **Etnicidade e territorialidade**: O Quadro Teórico. UFRGS. Porto Alegre: 2008. 11 p. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/3583/Etnicidade_e_Territorialidade2.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2008.

SOMMER, Jussara Alves Pinheiro; SALDANHA, Dejanira Luderitz. A manutenção da pecuária tradicional e os novos usos e cobertura dos solos nos Campos de Cima da Serra, nordeste do RS. In: **Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, VIII**, Porto de Galinhas, 2010.

SOMMER, Jussara Alves Pinheiro; SALDANHA, Dejanira Luderitz. **Alterações na paisagem dos campos de cima da serra e estratégias de desenvolvimento econômico**. Associação dos Geógrafos Brasileiros (agb). Porto Alegre. 2010. 11 pág. Disponível em: <<http://www.google.com.br/search?source=ig&hl=pt-BR&rlz=&q=ALTERA%C3%87%C3%95ES+NA+PAISAGEM+DOS+CAMPOS+DE+CIMA+DA+SERRA+E+ESTRAT%C3%89GIAS+DE+DESENVOLVIMENTO+ECON%C3%94MICO.&aq=f&aqi=&aql=&oq=>>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

STRAUBE, Kelly Von Knoblauch. **A Estruturação sócio-espacial do sistema tropeiro – O caso do caminho das tropas entre Palmas e União da Vitória/PR.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007. 118 p. Programa de pós-graduação em Geografia, Curso de Mestrado, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2007.

STRECK, E. V. et al. **Solos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: MATER/RS, UFRGS, 2002. 107 p.

SUERTEGARAY, M. A.; SILVA, Luiz Alberto Pires da. Tchê Pampa: história da natureza gaúcha. In: PILLAR, Valério De Patta et al. **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade.** Brasília/DF: Valério De Patta Pillar...[et al.]. Editores, 2009. p. 42-59.

TEIXEIRA, Maria Lucia da Silva. **São Francisco de Paula nossa terra nossa gente.** Porto Alegre: Evangraf, 2002. 173 p.

VALLS, José Francisco M. O patrimônio florístico dos campos: potencialidades de uso e a conservação de seus recursos genéticos. In: PILLAR, Valério De Patta et al. **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade.** Brasília/DF: Valério De Patta Pillar...[et al.]. Editores, 2009. p. 139-54.

VELEZ, Eduardo et al. Um panorama sobre as iniciativas de conservação dos campos Sulinos. In: PILLAR, Valério De Patta et al. **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade.** Brasília/DF: Valério De Patta Pillar... [et al.]. Editores, 2009. p. 356-79.

WAGNER, Saionara Araújo. **Fundamentos para o estudo e caracterização de uma UPA a partir da abordagem sistêmica: aspectos históricos e socioculturais.** UFRGS. Porto Alegre: 2009. 9 p. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/8979/Procesoshistoricosculturaisabordagem.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2011.

ENTREVISTAS DE TRABALHOS ANTERIORES A MONOGRAFIA:

Adão Marques Cardoso. Canela, 25.11.2008. Entrevista concedida a Sergio Tadeu da Silva Cardoso.

José Moacir da Silva Cardoso. Canela, 14.04. 2011. Entrevista concedida a Sergio Tadeu da Silva Cardoso.

ENTREVISTAS REALIZADAS PARA A MONOGRAFIA:

Entrevistado 1. São Francisco de Paula, 20.04. 2011. Entrevista concedida a Sergio Tadeu da Silva Cardoso.

Entrevistado 2. São Francisco de Paula, 10.04. 2011. Entrevista concedida a Sergio Tadeu da Silva Cardoso.

Entrevistado 3. São Francisco de Paula, 28.04. 2011. Entrevista concedida a Sergio Tadeu da Silva Cardoso.

Entrevistado 4. São Francisco de Paula, 22.04. 2011. Entrevista concedida a Sergio Tadeu da Silva Cardoso.

Entrevistado 5. São Francisco de Paula, 03.04. 2011. Entrevista concedida a Sergio Tadeu da Silva Cardoso.

Entrevistado 6. São Francisco de Paula, 12.04. 2011. Entrevista concedida a Sergio Tadeu da Silva Cardoso.

Entrevistado 7. São Francisco de Paula, 30.04.2011. Entrevista concedida a Sergio Tadeu da Silva Cardoso.

Entrevistado 8. São Francisco de Paula, 14.04. 2011. Entrevista concedida a Sergio Tadeu da Silva Cardoso.

Entrevistado 9. São Francisco de Paula, 23.04.2011. Entrevista concedida a Sergio Tadeu da Silva Cardoso.

Entrevistado 10. São Francisco de Paula, 11.04 2011. Entrevista concedida a Sergio Tadeu da Silva Cardoso.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas

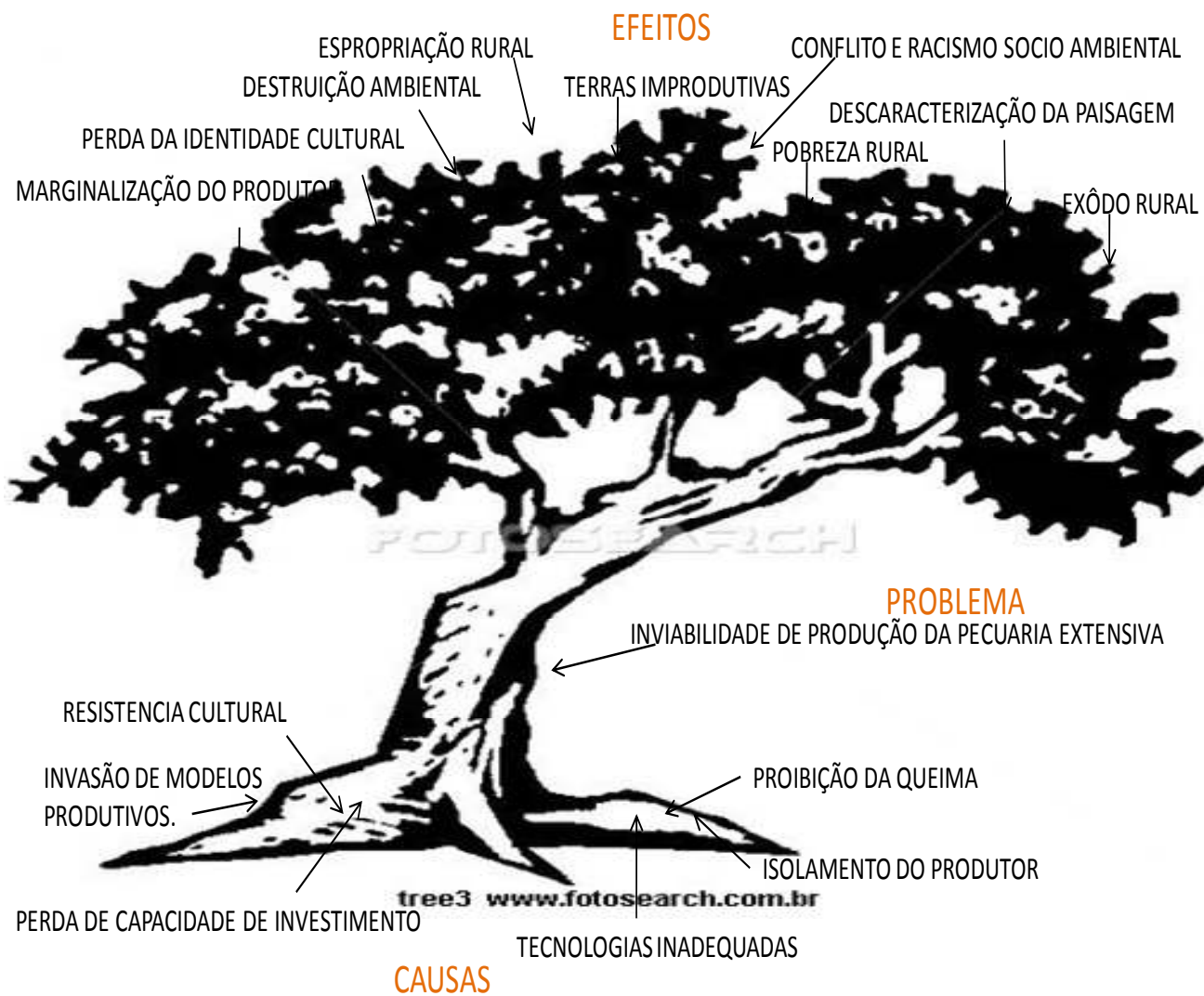


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL – PLAGEDER

Roteiro de entrevista aplicada aos produtores rurais descendentes de tropeiros do Distrito de Lajeado Grande em São Francisco de Paula RS.

- 1) Qual sua origem?
- 2) O senhor (a) se considera descendente de tropeiro?
- 3) No seu entendimento o que é descendente de tropeiro?
- 4) Que tipo de arranjo ocorreu de acesso á terra?
- 5) Como aprendeu a trabalhar no campo? Que orientação teve?
- 6) Que sistema de produção usa? Ou que produz sua terra?
- 7) O que o levou a optar por este sistema produtivo?
- 8) O que acha da produção de silvicultura, hortifruti, cultivo de batata e alho?
- 9) Qual sua opinião se o vizinho adotasse essas formas de produzir?
- 9) Qual sua opinião sobre a situação atual da pecuária?
- 10) O que acha sobre aumentar produtividade na busca de mais lucros?
- 11) Qual sua opinião sobre a proibição das queimadas?
- 12) Qual a alternativa frente a essa situação?
- 13) O senhor (a) cultiva pastagens?
- 14) Caso a pessoa cultive pastagem: O que o levou a esta prática?
- 15) O senhor (a) já pensou na possibilidade de cultivar pastagens?
- 16) Na sua opinião, quais seriam as vantagens ou desvantagens de cultivar pastagens?

APÊNDICE B – Arvore de Problema



ANEXO A – Termo de Consentimento



Trabalho de Conclusão de Curso INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “**SOU TROPEIRO**”? – **CONFLITOS ENTRE IDENTIDADE CULTURAL E MODELOS PRODUTIVOS** para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do Trabalho de Conclusão de Curso com o título “**SOU TROPEIRO**”? – **CONFLITOS ENTRE IDENTIDADE CULTURAL E MODELOS PRODUTIVOS – do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como:

1 OBJETIVOS

1.1 OBJETIVO GERAL

Verificar a influencia da herança cultural tropeira na forma como se dão os arranjos produtivos da região do Distrito de Lajeado Grande em São Francisco de Paula.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Caracterizar uma leitura da paisagem e uma evolução e diferenciação dos sistemas agrários da região.
- ✓ Caracterizar o perfil dos descendentes de tropeiros
- ✓ Caracterizar as diferenças de cada sistema produtivo e descrever o cenário, de toda problemática ambiental.
- ✓ Identificar quais as alternativas encontradas pelos descendentes de tropeiros frente à nova situação da região.

- ✓ Investigar o que os pecuaristas tradicionais da região pensam sobre a situação atual e sobre a possibilidade de cultivar pastagens.

A minha participação consiste na recepção do aluno “Sergio Tadeu da Silva Cardoso” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação e a da propriedade para a publicação no TCC.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

, ____/____/